

Vocabulário controlado para arquivos: análise de
viabilidade e propostas.

Luciana Davanzo

Marília-SP

2016

Luciana Davanzo

Vocabulário controlado para arquivos: análise de
viabilidade e propostas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de pesquisa: Produção e Organização da Informação

Orientador: Prof. Dr. Walter Moreira

Marília-SP

2016

Davanzo, Luciana.
D245v Vocabulário controlado para arquivos: análise de viabilidade e propostas / Luciana Davanzo. – Marília, 2016.

103 f; 30 cm.

Orientador: Walter Moreira.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.

Bibliografia: f 98-102

1. Arquivologia. 2. Descrição arquivística codificada. 3. Catalogação. 4. Cabeçalhos de assunto. 5. Normas técnicas. 6. Arquivos. I. Título.

CDD 025.3414

Luciana Davanzo

Vocabulário controlado para arquivos: análise de
viabilidade e propostas.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência da Informação da
Universidade Estadual Paulista como
requisito para obtenção do título de Mestre

Banca Examinadora

Prof. Dr. Walter Moreira (orientador)
Professor Assistente Doutor, Departamento de Ciência da Informação, Faculdade de
Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP Campus de Marília.

Profa. Dra. Vânia Mara Alves de Lima
Professor Assistente Doutor, Departamento de Biblioteconomia e Documentação da
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Mariângela S. L. Fujita
Professor Livre Docente, Departamento de Ciência da Informação, Faculdade de
Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP Campus de Marília.

Data da defesa: 06/05/2016

Local: Universidade Estadual Paulista Faculdade de Filosofia e Ciências
UNESP – Campus de Marília

Aos meus pais minha base para todos os momentos.

Agradecimentos

Em primeiro lugar a Deus porque a Ele seja dada toda honra e toda glória.

Ao meu orientador, a quem tive a grande oportunidade de conhecer e de dividir momentos de muitos ensinamentos, sejam estes acadêmicos ou para a vida. *Prof. Dr. Walter Moreira* muito obrigado pela caminhada, "sozinhos vamos mais rápido, mas juntos vamos mais longe"! Com certeza, o resultado dessa pesquisa só foi possível devido ao seu empenho, respeito, comprometimento e atenção.

Aos pastores, Vagner Lima e Ana Lima: "até aqui o Senhor nos ajudou".

As minhas amigas: *Debora Resstel, Grá Oliveira, Mônica Benfica e Maria Fabiana de Almeida* com quem tive e tenho a oportunidade de dividir a minha vida e, que me ajudaram e ajudam em tantos momentos.

Ao *Alexandre Tonezer*, meu companheiro de todas as horas. Obrigada por entender e respeitar os momentos da minha ausência, devido ao desenvolvimento da minha pesquisa. Obrigada mais uma vez por todo o incentivo e, por acreditar no meu sonho.

Para aqueles que me incentivaram a dar continuidade aos caminhos acadêmicos: *Sergio Marques, Prof. Dra. Telma C.C.Madio, Natalia M. Nascimento*. Compartilho com vocês esse resultado.

A todos os *Professores* com quem tive a oportunidade de aprender durante o mestrado. Obrigada pelo conhecimento compartilhado e, por mostrar tantos novos horizontes.

Ao grupo de pesquisa FAPOI e ao grupo do projeto VTarq, obrigada pelas tardes de discussão, pelo compartilhamento de conhecimento.

Obrigada também por aqueles que direta e indiretamente contribuíram para a realização de mais uma etapa.

Aos membros da banca de qualificação, *Prof. Dra. Mariângela S.L.Fujita, Prof. Dra. Vânia Lima e, também a Prof. Dra. Dunia L. Padrón*: muito obrigada.

A todos vocês o meu sincero agradecimento, respeito e gratidão!

"Espera só mais um pouquinho de tempo, porque o que há de vir virá e não tardará" (Hebreus 10:37)

Treine enquanto eles dormem, estude enquanto eles se divertem, persista enquanto eles descansam, e então viva o que eles sonham (Provérbio Japonês).

DAVANZO, L. Vocabulário controlado para arquivos: análise de viabilidade e proposta. 2016. 102 F. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, 2016.

Resumo

A diversidade na produção de informações oriundas de instituições públicas e privadas proporciona desafios diários para a arquivística, os quais se referem a maneira pela qual a área irá possibilitar o acesso, a recuperação e a reutilização das informações. Neste contexto dinâmico, fazer uso de instrumentos que colaborem com o processo de gestão da informação torna-se primordial. Além dos instrumentos tradicionalmente utilizados pela arquivística, tais como a descrição e a classificação arquivística, faz-se necessário a adoção de instrumentos que possam complementá-los, agregando precisão ao conjunto de descritores utilizados nos processos de representação da informação. Nesse sentido, esta pesquisa, estabelece discussões que visam a aproximar os instrumentos tradicionais da arquivística dos vocabulários controlados. Entende-se que esses instrumentos atuam como mediadores entre a representação e a recuperação da informação. Objetivou-se, portanto, analisar a norma de descrição arquivística ISAAR (CPF) que trata da descrição de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias, em conjunto com a norma ISO 25964-2011 que trata da elaboração de vocabulários controlados. Dessa forma, propôs-se verificar a interface entre os vocabulários controlados e a norma de descrição ISAAR (CPF), considerando-se que suas confluências podem melhorar o processo de representação e recuperação da informação. Para tanto, utilizaram-se os seguintes procedimentos metodológicos, revisão de literatura sobre a temática proposta nas bases de dados brasileiras (BRAPCI, Scielo) e bases de dados internacionais (Scopus, LISTA), bibliotecas de teses e dissertações digitais (BDTD) e anais de congresso (ENANCIB). Foram utilizadas também as normas ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010) e a ISO 25964-2011 para o desenvolvimento dos componentes normativos dos vocabulários controlados. Em relação aos componentes teóricos da arquivística, a pesquisa desenvolveu-se tendo como parâmetro a norma de descrição ISAAR (CPF). Após a construção do referencial teórico da pesquisa, analisou-se conjuntamente a norma ISO 25964-2011 e a norma de descrição ISAAR (CPF) para que fosse possível fazer uma proposta visando uma proposta para vocabulários controlados específicos para arquivos. Os resultados obtidos com o desenvolvimento dessa pesquisa apontam a necessidade de aproximação entre a arquivística e os vocabulários controlados, instrumentos ainda pouco utilizados pela área, mas que por meio de seus elementos podem ajudar em relação a melhoria da representação da informação arquivística.

Palavras-Chave: Arquivística. Descrição arquivística. Normas de descrição arquivística. ISAAR (CPF). Vocabulários controlados. Ansi Niso Z.39.19-2005 (R 2010). ISO 25964-2011.

DAVANZO, L. Controlled vocabulary for files: feasibility analysis and proposal. 2016. 102 F. Dissertation (Masters). Graduate Program in Science Information-Faculty of Philosophy and Sciences, University Estadual Paulista-UNESP, Marilia, 2016.

Abstract

The diversity in the production of information from public and private institutions provide daily challenges for archiving, which refer to how the area will provide access, recovery and reuse of information. In this dynamic context, make use of instruments to collaborate with the information management process becomes paramount. In addition to the instruments traditionally used for archiving, such as the description and the archival classification, it is necessary to adopt tools that can complement them, adding precision to the set of descriptors used in the representation of information processes. In this sense, this research establishes discussions aimed at bringing the traditional instruments of archival of controlled vocabularies. It is understood that these instruments act as mediators between the representation and retrieval of information. In this sense, this research establishes discussions aimed at bringing the traditional instruments of archival of controlled vocabularies. It is understood that these instruments act as mediators between the representation and retrieval of information. The objective is therefore to this research, collaborate with the studies on the development of specific vocabularies for files because it was observed that there is still a shortfall in relation to the theme proposed under archival. In addition, it also aimed to analyze the standard of archival description ISAAR (CPF) which deals with the archival authority record description for corporate bodies, persons and families, together with the ISO 25964-2011 standard that deals with the development of controlled vocabularies. Therefore, the following methodological procedures are used, literature review on the proposed theme in Brazilian databases (BRAPCI, Scielo) and international databases (Scopus, LIST), theses and digital dissertations libraries (BDTD) and anal congress (ENANCIB). They were also used ANSI / NISO Z39.19-2005 standards (R2010) and ISO 25964-2011 for the development of the theoretical components of controlled vocabularies. Regarding the theoretical components of archival, research developed having as parameter the standard ISAAR description (CPF). After the construction of the theoretical framework of the research, analyzed jointly ISO 25964-2011 standard and the standard of ISAAR description (CPF) to make it possible to make a proposal for the development of specific controlled vocabularies for files. The results obtained with the development of this research indicate the need for closer ties between the archival and controlled vocabularies, instruments still little used by the area, but through its standard-setting elements can help towards improving the representation of archival information.

Keywords: Archives. archival description. archival description standards. ISAAR (CPF). Controlled vocabularies. Ansi Niso Z.39.19-2005 (R 2010). ISO 25964-2011.

Listas de Quadros

Quadro 1 - Estrutura da dissertação	25
Quadro 2 - Normas de descrição arquivística	39
Quadro 3 – Elementos de descrição da norma geral internacional de descrição arquivística – ISAD (G).....	41
Quadro 4 - Elementos de descrição para autoridade arquivística (ISAAR-CPF)	45
Quadro 5 - Áreas e elementos de descrição referenciados na NOBRADE	52
Quadro 6 – Tipos de vocabulários controlados e suas abrangências	74
Quadro 7 – Siglas utilizadas em vocabulários controlados	89
Quadro 8 – Plano de classificação com a estrutura de um vocabulário controlado.....	91
Quadro 9- Elementos necessários para elaboração de vocabulário controlado.....	93

Lista de Figuras

Figura 1 - Requisitos do E-Arq Brasil	63
Figura 2 – Exemplo de padronização terminológica das informações arquivísticas	66
Figura 3 - Estruturação de um vocabulário controlado.....	73

Sumário

1 Introdução	13
2 A descrição arquivística	26
2.1 Aspectos teóricos.....	26
2.2 Aspectos de normalização	36
2.2.1 A realidade internacional: a perspectiva do Conselho Internacional de Arquivos	38
2.2.2 ISAAR (CPF).....	43
2.2.3 A realidade brasileira: a perspectiva do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)	47
2.2.4 A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).....	48
3 A elaboração de vocabulários controlados em arquivos	55
3.1 Aspectos teóricos.....	55
3.2 Aspectos metodológicos	60
3.3 Aspectos de normalização	69
4 Análise das normas ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias e ISO 25964: information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies part 1: thesauri for information retrieval	78
5 Considerações finais	95
Referências	98

1 Introdução

O crescimento acelerado das informações nas instituições e o uso cada vez maior das tecnologias informacionais propiciaram que a arquivística sofresse mudanças em relação a sua aplicação, implicando que houvesse mudanças em relação às práticas adequadas ao processo de gestão da informação.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, optou-se por utilizar o termo arquivística uma vez que, esse termo remete-nos à ideia do fazer, da arquivística relacionada com as práticas propriamente ditas; enquanto que arquivologia remete-nos ao saber, isto é, a aplicação desta como disciplina.

A confusão terminológica, contudo, ainda não está plenamente resolvida. Em muitas situações, o termo arquivística se remete a arquivologia, assim como arquivologia se remete ao termo arquivística, isto é:

Arquivologia é a disciplina que estuda as funções do **arquivo** e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, **preservação** e utilização dos **arquivos**. Também chamada arquivística. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.10, grifos do autor).

Dando continuidade às reflexões acerca do tema proposto, percebe-se que a arquivística se depara com um novo desafio que se refere ao tratamento da informação que é produzida diariamente por todos os tipos de instituição e em todos os tipos de suportes. A massa documental produzida e acumulada tem que receber tratamento informacional adequado para que esteja disponível para os usuários.

Nessa perspectiva, concorda-se com Narukawa (2011, p. 15-16), quando aponta que:

A necessidade de tornar a informação disponível e, mais do que isso, acessível, e de permitir o seu uso pelas pessoas, deve considerar todas as questões que perpassam os processos de produção, coleta, tratamento ou organização, recuperação, disseminação e uso da informação, entendendo-se que, a partir desse uso, um novo conhecimento pode ser gerado, propiciando uma nova produção de informação.

Portanto, para os arquivistas é fundamental conhecer todos os tipos de instrumentos que colaboram com a organização da informação, pois, estas

informações que são produzidas diariamente refletem todo o desenvolvimento da sociedade.

Sobre esse assunto, Narukawa (2011, p. 24, grifos da autora) menciona:

A informação é insumo potencial para gerar novos conhecimentos, lançando, portanto, constantes mudanças em nossa sociedade. No entanto, para que esse conhecimento possa ser compartilhado e socializado, é necessário refletir sobre formas possíveis de organização da informação. Garantir sua disponibilização é de certa forma, potencializar a apropriação dessa informação, permitindo que, assim, as pessoas a utilizem em prol das suas necessidades.

Tomando como princípio o caráter mediador dos arquivos, acredita-se que sem o recurso da padronização terminológica no momento da representação da informação, o fluxo informacional existente nas instituições pode ser comprometido, portanto, a utilização dos vocabulários controlados se faz necessário porque estes diminuem as ambiguidades que podem existir no momento da representação da informação.

Porém, nota-se que na arquivística as discussões sobre aspectos teóricos e metodológicos da construção de vocabulários controlados ainda são realizados com baixa frequência, conforme estudos realizados por Moreira, Davanzo e Moraes (2015).

Os autores, por meio de suas pesquisas, verificaram a ausência de um referencial teórico sólido na arquivística, o que não acontece, por exemplo, com a área de biblioteconomia, na qual se encontram maiores avanços nos estudos já realizados e em andamento sobre a utilização dos vocabulários controlados como instrumentos do processo de organização da informação (MOREIRA; DAVANZO; MORAES, 2015).

Essa realidade sobre a inexpressiva publicação de trabalhos em relação a aplicação de vocabulários controlados na organização da informação arquivística precisa ser analisada para que seja possível contribuir com as práticas relacionadas à produção, ao tratamento e a disseminação das informações que são produzidas e recebidas pelas instituições em detrimento de suas atividades, pois, essas informações possuem como objetivo servir, em um primeiro momento a própria administração e, posteriormente podem adquirir também um caráter histórico, social e desse modo pode servir a pesquisadores ou aos usuários da sociedade civil de forma geral.

Os documentos arquivísticos são produzidos, organizados e acumulados em função de um contexto específico, seja esse contexto uma pessoa, uma família e/ou uma instituição (pública ou privada) e, por esse motivo, essas informações que adquirem funções diversificadas dentro de seus respectivos contextos de produção, para que atendem aos interesses de seus usuários, precisam ser recuperadas e, para que haja sucesso nesse processo, ressaltamos que a adoção de uma linguagem clara e comum a todos, uma das funções mais destacadas do controle terminológico, diminuirá os ruídos que podem existir entre usuário e sistema.

Assim, acredita-se que o uso dos vocabulários controlados pode colaborar em relação à organização e recuperação da informação, pois, este instrumento permite controlar o uso das terminologias que são empregadas na representação da informação.

Em função do grande volume de informações que circulam diariamente nas instituições, acredita-se que é necessário fazer a utilização de instrumentos que possam ser capazes de fazer a gestão da informação; nesse sentido, o uso dos vocabulários controlados se faz pertinente para todos os tipos de instituições, pois, para que uma informação seja recuperada, localizada e que contribua com a geração de novos conhecimentos, avalia-se a necessidade da utilização de instrumentos que colaborem com o processo de tratamento lingüístico informacional adequado (MOREIRA; DAVANZO; MORAES, 2015).

Embora tal advertência já tenha se tornado lugar comum, ainda é preciso lembrar: o uso cada vez maior dos recursos automáticos e dos ambientes digitais vem alterando exponencialmente os modos pelos quais as informações são produzidas, organizadas, disseminadas e também recuperadas.

Nessa perspectiva, a arquivística pode fazer uso dos vocabulários controlados, uma vez que estes proporcionam uma melhor interação entre usuários e instituições de informação arquivística, porque permitem que as informações estejam representadas por meio de uma maior consistência terminológica, isto é, o uso do vocabulário controlado contribui com a padronização, além de contribuir com a entrada e saída de dados existentes

nos sistemas de informação, o que permite uma maior eficiência no processo informacional entre usuários e sistemas.

Na perspectiva desta pesquisa, a padronização terminológica obtida através do uso dos vocabulários controlados possibilita maior eficácia nos processos de organização e recuperação da informação arquivística, contribuindo para o seu acesso mais preciso e mais qualitativo.

A criação de metodologias que subsidiem o tratamento da informação torna-se primordial para que essas informações, que são originárias de arquivos privados, arquivos públicos, arquivos históricos, arquivos empresariais, arquivos médicos ou de arquivos universitários, entre outros, possam servir aos pesquisadores, à sociedade civil, bem como às próprias instituições que os abrigam.

Nessa conjuntura, os vocabulários controlados fornecem instrumentos que visam melhorar a eficácia em relação à recuperação da informação, contribuindo com um dos objetivos da organização da informação que é “dar suporte ao fluxo de tratamento e recuperação dos objetos informacionais estruturados, semiestruturados e não estruturados nas organizações” (VICTORINO; MEDEIROS, 2009, p.8).

Por esta razão, nessa pesquisa, será evidenciado o uso dos vocabulários controlados como instrumentos auxiliares no processo de organização e recuperação da informação, pois, conforme mencionado anteriormente, este é um instrumento que fornece subsídios em relação a padronização dos termos que representam um determinado tipo de informação contribuindo com a precisão em relação a sua recuperação.

Um vocabulário controlado permite, entre outras funções, a representação da informação e o controle dessa representação em todos os níveis de interação do sistema, isto é, o vocabulário controlado atua na representação da informação, através dos pontos de acesso. Os pontos de acesso, por sua vez, permitem que os usuários tenham elementos suficientes para realizar suas pesquisas, ou seja, o vocabulário controlado irá colaborar em relação ao processo de recuperação da informação. Assim, a utilização da terminologia adequada em relação à representação da informação, tornar-se-á peça primordial desse processo.

Os vocabulários controlados são linguagens documentárias e são construídos especialmente para “padronizar e facilitar a entrada e a saída de dados em um sistema de informações”, conforme salienta Kobashi (2008, p.1). Essa padronização visa aumentar a precisão do sistema porque atua na eficácia em relação à recuperação da informação, como também gera uma maior confiança no sistema.

Os conceitos de “vocabulário controlado” e de “linguagem documentária” estão interligados e chegam mesmo a confundir-se, principalmente para o usuário não especializado. Uma linguagem documentária é, entretanto, por definição, mais ampla, conforme a conceituação de Lara (2004, p.1),

Refere-se ao conjunto de diferentes tipos de instrumentos especializados no tratamento da informação bibliográfica (sistema de classificação enciclopédica ou facetada e tesouros) designa de modo mais amplo e completo, a linguagem especialmente construída para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação.

Ainda sobre os vocabulários controlados, e situando-os no conjunto das linguagens documentárias, na visão de Boccato, Ramalho e Fujita (2008, p.200) eles são considerados:

Linguagens de estruturas combinatórias e pós-coordenadas, constituídas de termos unidades linguísticas provenientes da linguagem de especialidade e da linguagem natural, denominados de descritores, providos de relações sintático-semânticas, referentes a domínios científicos especializados, possibilitando a representação temática do conteúdo de um documento, bem como a recuperação da informação.

Dessa maneira, os vocabulários controlados vêm somar ao processo de recuperação da informação, tornando esse processo eficiente devido ao uso de uma linguagem padronizada.

As tecnologias de comunicação e informação proporcionaram novas interfaces que se relacionam não somente com a produção da informação, mas também interferem na custódia, no acesso e no uso da informação. Diante dessa nova realidade verifica-se que a utilização de instrumentos que atuem desde a organização até o uso da informação torna-se altamente desejável; nessa perspectiva, “considerando-se o caráter mediador dos arquivos, acredita-se que, sem o recurso da padronização terminológica na construção de representações documentárias, prejudica-se o fluxo de comunicação” (DAVANZO; MOREIRA, 2015, p.7).

Nessa vertente, o vocabulário controlado permite que haja uma comunicação mais clara entre o usuário da informação e o respectivo sistema, já que os vocabulários controlados fazem uso da padronização terminológica, o que contribui para que uma informação não seja representada a partir de várias terminologias, permitindo que a recuperação da informação aconteça sem morosidade.

Assim, verifica-se que a construção dos vocabulários controlados é altamente desejável para todos os tipos de instituição devido à necessidade de seu uso.

A elaboração dos vocabulários controlados fundamenta-se em normas ISSO, dentre outras, porém, nota-se que nenhuma das normas ISSO aborda em sua elaboração procedimentos para o desenvolvimento e uso dos vocabulários controlados especificamente para arquivos.

Mesmo com esse silêncio das normas sobre vocabulários controlados em relação à arquivística, aponta-se que não existem restrições para que a arquivística faça uso dos vocabulários controlados; pois, este instrumento irá contribuir em relação à descrição da entidade produtora dos documentos arquivísticos, conforme é salientado na norma de descrição arquivística ISAAR (CPF).

A ISAAR (CPF) menciona que os vocabulários podem ser desenvolvidos, pois, “regras e convenções para normalização de pontos de acesso podem ser desenvolvidas nacionalmente ou para cada idioma” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS-ISAAR-CPF, 2003, p.15) e, para colaborar com o desenvolvimento dos vocabulários controlados, a ISAAR (CPF) menciona quais são as normas ISO que podem ser úteis, tanto para o desenvolvimento dos vocabulários controlados quanto em relação a sua manutenção.

Assim, nessa perspectiva entende-se que a utilização dos vocabulários controlados contribui com os objetivos da arquivística que podem ser pontuados como a necessidade de tratamento da informação para que esta possa estar disponível aos usuários.

Em tempos de grande produção documental e, em tempos nos quais as tecnologias de comunicação e informação influenciam de maneira decisiva,

tanto em relação à produção, como em relação à recuperação da informação, considera-se que este seja um instrumento que possa ser utilizado também pela arquivística, porque a não utilização de instrumentos que corroboram com a padronização terminológica permite que exista dificuldade no momento da recuperação da informação.

Embora a arquivística possua instrumentos que colaboram efetivamente com o processo de representação e recuperação da informação – nesse contexto, podemos citar, por exemplo, os guias, os inventários e os catálogos: instrumentos tradicionais da arquivística – ainda é necessário que a área faça uso de outros instrumentos que venham colaborar principalmente em relação à padronização terminológica das informações.

A arquivística busca na descrição procedimentos que colaborem para a representação da informação, pois, a descrição arquivística, “no sentido mais amplo do termo abrange todo o elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, ISAD (G), 2000, p. 11). Logo, entende-se que a descrição arquivística pode ser aplicada em todas as fases do ciclo vital dos documentos, ou seja, fase corrente, fase intermediária e fase permanente.

A descrição arquivística permite:

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro da informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo, o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS- ISAG (G), 2001. P. 4).

Nesse sentido, a descrição tem por objetivo descrever e representar as informações, pois, através dela são gerados os instrumentos de pesquisa arquivísticos. Esses instrumentos “explicam os documentos de arquivo quanto a sua localização, identificação e gestão, além de situar o pesquisador quanto ao contexto e os sistemas de arquivo que os gerou” (SOUZA et al, 2006, p. 41).

Portanto, para que a informação possa ser acessada de forma eficaz, atendendo as necessidades informacionais dos mais diversificados tipos de usuários, a arquivística faz uso de alguns instrumentos que contribuem em relação à representação da informação, isto é, plano de classificação dos documentos e tabela de temporalidade documental.

O plano de classificação dos documentos tem por objetivo responder pela organização física e intelectual das informações através da forma hierarquizada e com explicação das relações existentes entre as informações, proporcionando melhor visualização em relação às funções e as atividades dos produtores das informações arquivísticas, deixando claras as ligações entre os documentos (GONÇALVES, 1998). Em relação à tabela de temporalidade documental, destaca-se seu objetivo de estabelecer os prazos de guarda dos documentos de arquivo.

Esses dois instrumentos, consolidados pela arquivística, são utilizados por todos os tipos de instituições e por meio deles pode-se verificar não somente a estrutura da instituição, como também é possível visualizar quais os tipos documentais pertencentes à instituição.

Salienta-se também que a descrição arquivística é uma importante aliada em relação aos objetivos referentes as leis de acesso a informação, porque através dos elementos de descrição torna-se possível contribuir com o acesso a informação porque “permite a localização e a troca de informação em nível nacional e internacional”, conforme reflete Rodrigues (2003, p. 19).

Partindo-se da perspectiva de que a descrição arquivística colabora com a gestão de documentos, visando melhorar a eficácia de seus processos informacionais, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) sentiu a necessidade de iniciar um novo trabalho que visa implantar em suas estruturas um vocabulário controlado de termos arquivísticos devido à necessidade de uniformização dos termos que fazem parte da estrutura da Universidade.

Para tanto, está em desenvolvimento um projeto denominado “Vocabulário de Termos Arquivísticos da UNESP–VTArq” que é constituído por alguns membros da Universidade (professores, alunos de graduação dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia e de pós-graduação em Ciência da Informação), que trabalham com o objetivo de melhorar a representação das informações que são produzidas e recebidas em função das atividades que são desenvolvidas pela Universidade Estadual Paulista.

Os membros do projeto são constituídos por professores, servidores administrativos da Universidade e também por alunos da graduação e pós-graduação da Universidade.

O VTArc será utilizado por todas as Seções Técnicas de Comunicações da UNESP. A referida Universidade é uma instituição pública que tem um caráter peculiar, ou seja, está presente em 24 cidades do Estado de São Paulo, contando com 34 unidades distribuídas pelo Estado.

Dessa maneira, nota-se que o fluxo informacional da Universidade é bastante intenso o que evidencia a necessidade de um instrumento que colabore de forma eficaz com o fluxo da informação existente na Universidade.

Porém, considerando-se a fase inicial do projeto verifica-se que existe a necessidade de estudos mais aprofundados em relação a questão teórico-metodológica do projeto; essa preocupação proporcionará que o vocabulário controlado da UNESP seja desenvolvido de forma que atenda as suas necessidades informacionais.

Portanto, o engajamento das seções técnicas de comunicação é necessário porque elas são as responsáveis por atender as questões que são relacionadas com a lei de acesso a informação e, também por gerenciar a tramitação dos documentos da Universidade.

A partir do desenvolvimento dessa pesquisa pode ser observado que os vocabulários controlados são altamente eficientes porque podem ser utilizados desde a produção até a socialização da informação.

Evidenciou-se também que a descrição arquivística é uma aliada importante em relação ao acesso a informação, pois, este acesso é facilitado a partir dos pontos de acesso das normas de descrição arquivística.

Portanto, tendo como base as importantes funções dos vocabulários controlados e da descrição arquivística toma-se como objeto de estudo a interface entre os vocabulários controlados e as normas de descrição arquivística, mais precisamente com a norma de descrição ISAAR (CPF).

Pode-se observar que ambos os instrumentos contribuem para uma melhor representação da informação, logo são fundamentais para o acesso e para a recuperação da informação.

A adequação do vocabulário controlado da UNESP ainda se faz necessária e, essa adequação será feita de acordo com o plano de classificação da Universidade, ou seja, serão analisados se os termos presentes no plano de classificação estão presentes no vocabulário controlado

que foi desenvolvido através de algumas listas que foram recebidas pelos membros dos projetos de algumas poucas Seções Técnicas de Comunicações da Universidade.

As listas recebidas das seções técnicas de comunicações proporcionam que a equipe do projeto tivesse uma base em relação aos termos que eram utilizados nas rotinas administrativas das seções, pois, a precisão torna-se necessária devido à constante produção da informação, não sendo mais desejável priorizar aspectos de alta revocação em detrimento da precisão nos resultados.

Desse modo, de acordo com essa nova realidade, aponta-se como **problemática** a essa pesquisa o seguinte questionamento: como contribuir com o processo de representação da informação arquivística através do uso dos vocabulários controlados?

Nesse sentido, essa pesquisa tem como **proposição** verificar a interface entre os vocabulários controlados e a norma de descrição ISAAR (CPF), observando-se essa relação como necessária para a melhoria em relação ao processo de representação e recuperação da informação.

Tendo em vista esse cenário, o **objetivo geral** dessa pesquisa é colaborar com os estudos sobre a construção dos vocabulários controlados em instituições arquivísticas, pois, ainda existe uma carência em relação a pesquisas que tratem do uso dos vocabulários controlados especificamente para arquivos.

A utilização dos vocabulários controlados é pertinente para a arquivística porque, embora a área utilize outros instrumentos que possibilitam a recuperação da informação, ainda é necessário que a área faça uso de instrumentos que permitam que a representação da informação aconteça de forma mais clara e, para corroborar com essa perspectiva, faz-se necessário a utilização da padronização terminológica que é oriunda dos vocabulários controlados e, que melhoram o processo de recuperação da informação.

Em relação aos **objetivos específicos**, elencamos:

- Identificar e sistematizar, por meio de revisão de literatura, os aspectos teóricos e metodológicos da construção de vocabulários controlados em instituições arquivísticas;
- Analisar a aplicabilidade de normas gerais de elaboração de vocabulários controlados para o controle terminológico em instituições arquivísticas;
- Analisar como a norma de descrição arquivística ISAAR (CPF) colabora em relação ao uso dos vocabulários controlados pelas instituições produtoras de documentos de arquivo;
- Apresentar um conjunto de requisitos básicos para elaboração e aplicação de vocabulários controlados em arquivos por meio de síntese dos aspectos apresentados nas normas ISAAR (CPF) e ISSO 25964.

Nesse sentido, **justifica-se** o desenvolvimento dessa pesquisa devido à necessidade de aproximação da arquivística com a utilização do vocabulário controlado para que seja possível investigar a aplicação deste no processo de organização e recuperação da informação, uma vez que esse instrumento fornece instrumentos que contribuem para a organização, representação, recuperação e difusão da informação, o que certamente poderá contribuir com o plano de classificação tornando-o mais fluido e de entendimento mais fácil.

Ainda de acordo com a justificativa dessa pesquisa, espera-se contribuir com as reflexões acerca dos vocabulários controlados na área de Ciência da Informação, de forma mais verticalizada em relação a aproximação da arquivística com o uso dos vocabulários controlados, pois, entendemos que a arquivística merece fazer uso dos instrumentos que colaboram com o processo de organização, representação e recuperação da informação, de forma que, as informações sejam recuperadas sem existir maiores dificuldades devido a padronização terminológica empregada para representar as informações.

Os **procedimentos metodológicos** adotados nessa pesquisa possuem caráter teórico, exploratório e descritivo, com corpus documental obtido por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados brasileiras (BRAPCI,

Scielo) e bases de dados internacionais (Scopus, LISTA), bibliotecas digitais de teses e dissertações (BDTD) e anais de congresso (ENANCIB).

Para o desenvolvimento dos componentes teóricos, além da literatura levantada por meio da consulta às bases de dados citadas, foram utilizadas as normas ANSI/NISO Z39.19-2005 (R 2010) e a ISSO 25964-2011. Em relação aos aspectos teóricos da descrição arquivística, a pesquisa desenvolveu-se tendo como parâmetro a norma de descrição ISAAR (CPF).

Após a construção do referencial teórico da pesquisa, analisou-se as normas de descrição arquivística ISAAR (CPF) e a ISSO 25964-2011, para que a partir dessa análise fosse possível fazer uma proposta visando o desenvolvimento de vocabulários controlados voltados especificamente para arquivos. Essa necessidade é apontada, inclusive, na própria ISAAR (CPF), a qual menciona em sua elaboração a necessidade do uso de vocabulários controlados pela arquivística, a fim de contribuir com a precisão no processo de representação e recuperação da informação.

Porém, pelo fato da ISAAR (CPF) não se aprofundar em relação aos aspectos metodológicos da criação de vocabulário controlado na esfera arquivística, elaborou-se uma proposta abrangendo os elementos que devem ser adotados para a elaboração de um vocabulário controlado em arquivos.

Diante disso, a presente pesquisa desenvolveu-se a partir das seguintes seções, de acordo com o Quadro 1:

Desenvolvimento da Pesquisa	
Problema	Como contribuir com o processo de representação da informação arquivística através do uso dos vocabulários controlados?
Objetivo geral:	Colaborar com os estudos em relação à construção dos vocabulários controlados em instituições arquivísticas, pois, ainda existe uma carência em relação a pesquisas que tratem do uso dos vocabulários controlados especificamente para arquivos.
Seção 2	Objetivo específico 2: Identificar e analisar as normas de descrição aplicadas à construção de vocabulários controlados em arquivos. Título: Descrição arquivística
Seção 3	Objetivo específico 3: Identificar e sistematizar, por meio de revisão de literatura, os aspectos teóricos e metodológicos da construção de vocabulários controlados em instituições arquivísticas. Título: A elaboração de vocabulários controlados em arquivos
Seção 4	Objetivo específico 4: Proposta de criação de vocabulários controlados específicos para arquivos através da revisão de literatura realizada na norma de descrição arquivística ISAAR (CPF), ISO 25964-2011 e no projeto como fazer: como elaborar vocabulários controlados para aplicação em arquivos. Título: Análise das normas ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias e ISO 25964: information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies- Parte 1- thesauri for information retrieval .
Seção 5	Resultados e considerações finais
	Referências

Fonte: Elaborado pela autora

2 A descrição arquivística

A descrição arquivística é uma das principais atividades que se refere aos processos de organização da informação. A descrição arquivística proporcionou para a arquivística um novo paradigma, ou seja, seu propósito é contribuir com o processo de representação da informação, seja através dos tradicionais instrumentos de pesquisa, seja através da normalização das informações proporcionadas pelas normas de descrição arquivística, sejam as nacionais como as internacionais.

2.1 Aspectos teóricos

Levando-se em consideração que os processos de produção, organização, representação e recuperação da informação são regidos pela linguagem, porque será através da linguagem que as informações serão representadas, torna-se necessário ressaltar os motivos pelos quais a arquivística se beneficia ao utilizar o vocabulário controlado.

Sobre a relação entre a arquivística e os vocabulários controlados, destaca-se:

Do ponto de vista do ciclo documentário arquivístico, pode-se dizer que a utilização de uma linguagem normalizada de acordo com o contexto e a cultura organizacional de uma instituição é dos fatores determinantes para garantir a dinâmica e a totalidade do ciclo documentário (produção organização, disseminação) (AGUIAR, 2008, p. 202).

A arquivística se depara com uma nova realidade não somente relacionada à produção da informação, mas também relacionada à recuperação da informação devido às novas maneiras de comunicação, transmissão e recuperação da informação.

O uso cada vez maior da internet e as novas formas de interação propiciadas pelas tecnologias fazem que com os profissionais da informação utilizem todo tipo de instrumento para o processo de organização e de recuperação da informação, visando sempre contribuir com o processo de socialização da informação.

As tecnologias de comunicação e informação proporcionaram novas maneiras de produzir, acessar e recuperar as informações, pois, nota-se que

hoje já não é mais absolutamente necessário que o pesquisador ou cidadão da sociedade civil estejam no mesmo ambiente físico que as informações; as TIC's permitiram que esse acesso seja realizado através do ambiente web.

Dessa forma, um dos grandes desafios para os profissionais da informação estão baseados nas formas de disponibilizar as informações, independentemente de seus suportes.

Devido à grande produção documental torna-se indispensável que as informações que são produzidas nos mais diversificados países, instituições e suportes, estejam disponibilizados de forma que seu acesso seja possível.

A arquivística, como uma área do conhecimento científico volta-se a organização da informação que é produzida e acumulada pelas instituições, de forma que essas mesmas informações possam cumprir sua finalidade, isto é, estarem disponíveis para a consulta.

Dessa maneira, torna-se relevante discorrer sobre os caminhos que a arquivística percorreu em relação ao processo de descrição.

Assim, salientamos que a descrição foi mencionada pelo Manual dos Arquivistas Holandeses, no ano de 1973, o manual menciona "a necessidade de que a documentação seja descrita uniformemente, sem privilegiar este ou aquele documento e tendo por base um suposto grau de valor histórico que é identificado ou atribuído pelo agente descritor" (ANDRADE; SILVA, 2008, p.16).

Nota-se que a partir da publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses pela Associação dos Arquivistas Holandeses, a descrição começa a aparecer de maneira mais visível. Além do Manual dos Arquivistas Holandeses, outro fator que pode ter contribuído para a reanálise da descrição foram as novas tecnologias de comunicação e informação devido a necessidade da arquivística de se adaptar aos novos suportes e as novas formas de interação entre os usuários e as instituições de informação arquivística, pois, tornou-se comum o desenvolvimento de pesquisas exclusivamente através do ambiente web.

Sobre a descrição, Leão (2006, p. 17) menciona que "inicialmente a descrição arquivística se destinava ao controle do acervo, situação que segundo a autora perdurou até o fim do século XIX", nessa época não havia nenhum tipo de preocupação em relação aos princípios da arquivística, tais

como, o da proveniência, uma vez que os documentos eram organizados por tema.

Em relação à definição da descrição, salienta-se que ela é “conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa” (CAMARGO; BELLOTTO, 1.996, p. 23).

Os instrumentos de pesquisa arquivísticos têm por finalidade contribuir com a acessibilidade dessas informações, deixando-as disponíveis para serem utilizadas quando necessário, pois, os instrumentos de pesquisa são “a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores” (BELLOTTO, 2006, p.79).

Em relação à observação de Bellotto, avaliamos que os pesquisadores ou demais interessados poderão ter acesso a essas informações através de pontos de acesso que permitem que sua recuperação aconteça de forma eficiente.

Nessa perspectiva, verifica-se que através da descrição, "o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e o conteúdo do acervo", conforme aponta Andrade (2010).

Cabe salientar que a descrição ocorre após as informações terem passado pelo processo da organização, pois, não é possível descrever uma determinada informação sem que esta tenha passado pelo processo de organização.

Descrever uma informação pode ser considerado uma das fases mais importantes em relação às atividades desempenhadas pelos arquivistas, porque se a descrição não for feita de forma clara e objetiva as informações correm o risco de não serem localizadas, devido à insuficiência de instrumentos, que sejam capazes de mediar o processo de recuperação da informação.

Nesse sentido:

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos, isto sendo alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

A descrição arquivística pode ser realizada em dois momentos distintos, ou seja, no momento da produção (criação) da informação ou posteriormente, quando as informações passarem da idade intermediária para a idade permanente.

Sobre a aplicação da descrição arquivística em relação aos ciclos da informação, destaca-se que existem algumas divergências da literatura arquivística, ou seja, Bellotto (2006) acredita que a descrição é realizada somente nos arquivos permanentes; em contrapartida, Lopes (1997) menciona que a descrição ocorre em todas as fases do ciclo vital. Assim, caberá a cada profissional da informação verificar em que fase documental a descrição será realizada, para tanto é necessário que o profissional verifique quais são as necessidades da instituição, para que as medidas adotadas possam ir ao encontro das necessidades informacionais da instituição, respeitando sempre as suas políticas internas.

Nesse sentido, a presente pesquisa foi desenvolvida levando-se em consideração a visão pós-moderna da arquivística, porque entendemos que, devido as necessidades de acesso às informações por parte dos usuários, a descrição deve ser aplicada em todas as fases do ciclo documental.

Através da descrição, o profissional da informação, poderá aprimorar os instrumentos de busca, uma vez que, a descrição fornecerá elementos para que os guias, inventários e/ou catálogos sejam adequados as necessidades da instituição custodiadora da informação.

Devido as tecnologias de informação e comunicação, a arquivística conquistou um grande avanço em relação a descrição das informações, hoje as informações não são mais vistas como objetos que não possuem dinamicidade, ao contrário, as informações são produzidas, acessadas e socializadas de forma cada vez mais expressiva e, portanto, tornou-se necessário desenvolver softwares que viessem ao encontro dessa nova realidade.

Cabe salientar também que com a criação de softwares que tratem da descrição arquivística tornou-se possível contribuir ainda mais com a normalização de elementos que contribuem com o processo de recuperação da

informação, colaborando dessa maneira para a diminuição de erros oriundos, por exemplo, dos processos manuais de descrição.

Existem alguns softwares disponíveis, mas nessa pesquisa, de forma sucinta, tratou-se do software livre Ica-Atom (Conselho Internacional de Arquivos - Acesso à Memória), pois, na arquivística este é um software que esta sendo muito difundido na área.

Sua finalidade é contribuir com a descrição arquivística em conformidade com os padrões do CIA, por isso, em seu desenvolvimento foram mantidos os princípios da arquivística.

O software do Ica-Atom está disponível para ser utilizado por todo o tipo de instituição e, está disponível em vários idiomas.

Somado a isso, vale salientar que, o Ica-Atom contempla as descrições contidas nas normas de descrição arquivística, ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH, isto é: contempla instituições, produtores, autoridades e funções.

Todas as informações que são descritas através do Ica-Atom ficam disponíveis no ambiente web, o que contribui para que os usuários não tenham que se deslocar até as instituições de informação arquivística para desenvolver suas pesquisas.

A descrição através da utilização do software livre Ica-Atom é usada mais pela arquivística pós-moderna, dessa forma, trataremos de uma maneira sucinta dos instrumentos de pesquisa que trabalham com a arquivística mais tradicional.

Através da aplicação da descrição arquivística, o profissional da informação encontrará subsídios para desenvolver os instrumentos de descrição documental. Os instrumentos de descrição documental oferecerão aos usuários o acesso as informações, por este motivo, são elementos fundamentais no processo de recuperação da informação.

Neste sentido Marques (2009, p.69) destaca que:

O instrumento documental é o documento secundário que referencia ou descreve as unidades arquivísticas, quantificando as respectivas unidades de instalação, tendo em vista seu controle e/ou acessibilidade.

Os instrumentos de descrição documental que são gerados a partir da descrição arquivísticasubdividem-se em:

- Guias: considerado um instrumento mais geral porque fornece aos usuários informações mais amplas do arquivo em relação a documentação que esta custodiada nas instituições arquivísticas. Assim, pode-se entender que este é o cartão de visitas de uma unidade arquivística.
- Catálogos: descreve as informações de maneira individualizada, ou peça a peça, torna se exaustiva.
- Índices: tem como finalidade contribuir com o acesso rápido a uma determinada informação, de acordo com critérios específicos.
- Inventários: usado para descrever as séries documentais que estão custodiadas nas instituições arquivísticas, permitindo dessa forma a compreensão do fundo ou dos fundos que compõem uma determinada unidade arquivística.

Esses elementos serão resultantes do tipo de instituição arquivística, assim como estão diretamente ligados ao nível de descrição que as informações que compõem essa unidade de informação receberam, ou seja, descrição no nível de fundo, no nível de série e subsérie e descrição no nível de item documental.

Podemos acrescentar também que os instrumentos de descrição documental devem ser “criados tendo em conta a natureza dos documentos, dos objetivos da instituição e das necessidades de seus utilizadores” (MARQUES, 2009, p. 72).

Portanto, os instrumentos de pesquisa são imprescindíveis para a difusão da informação, pois, pode ser utilizado para representar a informação e, para contribuir com o processo de recuperação da informação.

A partir das novas tecnologias de comunicação e informação, nota-se uma nova visão de paradigma em relação aos tradicionais instrumentos da arquivística, pois, com o surgimento de documentos que já são produzidos exclusivamente no formato digital, ou aqueles que, por distintas razões migram do suporte analógico para o suporte digital, é necessário que o profissional da informação tenha domínio em relação à estruturação de novos sistemas de informação que sejam capazes de se inter-relacionar com os usuários e, que

sejam capazes também de representar as informações, uma vez que, as informações não são mais vistas como objetos estáticos.

Sobre esse ponto de vista, Marques (2009, p. 67) reflete:

Para aceder à informação é necessário desenvolver instrumentos que sejam capazes de permitir sua localização e recuperação, havendo todo um trabalho arquivístico que precisa ser desenvolvido de forma a tornar possível a localização da documentação e a recuperação da informação.

Assim, os instrumentos gerados pela descrição se voltam para a identificação, para a localização e também para a recuperação da informação, dessa maneira, podem ser considerados elementos fundamentais para a arquivística porque através desses instrumentos, as informações que compõem os acervos das instituições arquivísticas estarão disponibilizadas para a consulta de forma que os usuários especializados ou não especializados possam ter acesso as informações.

Em virtude disso, a elaboração dos instrumentos de pesquisa favorece a recuperação da informação e contribuem para a disseminação da mesma, portanto, esses instrumentos merecem representar as informações de forma coerente, para não dar margem a representações equivocadas.

Compreende-se que a descrição arquivística vem somar em relação à representação da informação, pois "ela irá facilitar a consulta da documentação e ao acesso à informação, permitindo também o intercâmbio entre diferentes instituições" (MARQUES, 2009, p.44).

Sobre as vantagens da descrição arquivística, podemos apresentar alguns fatores que vão desde a melhoria no acesso a informação, perfazendo contribuições em relação ao processo da gestão de documentos, chegando até as melhorias em relação ao processo de recuperação da informação. BONAL ZAZO (2011, p.120) contribui para essa perspectiva, quando menciona que a descrição arquivística também traz resultados relacionados às "vantagens econômicas, devido à utilização eficaz dos recursos humanos e financeiros".

Portanto, além de atuar como intermediadora em relação aos usuários e às instituições de informação arquivística, a descrição colabora também com o racionamento dos recursos que são empregados nas instituições de informação.

Além disso, a descrição permitirá que a recuperação da informação seja mais eficaz, portanto, reavaliar as práticas arquivísticas em relação a descrição e a normalização da informação se faz necessário para que uma instituição arquivística possa cumprir seu papel, que é tornar disponível a informação, independente do tipo de suporte que essas informações estejam disponibilizadas.

Observa-se, nessa conjuntura, que a atividade de descrição é uma atividade de extrema relevância, porque será por meio dela, que o profissional da informação dará acesso, pois, o objetivo da descrição é “identificar e explicar o contexto e o conteúdo dos documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos”, conforme menciona o CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS- ISAD (G) (2001, p. 11).

Mas, ainda com os instrumentos originados da descrição que atuam no sentido de melhorar o acesso as informações, notamos que esses instrumentos deixam algumas lacunas quando pensados em relação às necessidades informacionais dos pesquisadores que, por motivos de deslocamento (entre outros) optam por desenvolver suas pesquisas sem ter a necessidade de estar no mesmo ambiente físico onde as informações estão depositadas.

Outro quesito que deve ser levado em consideração é a necessidade de fazer o uso de instrumentos que contribuam com o processo de padronização e representação da informação, para que dessa maneira, as informações possam ser recuperadas pelos usuários de forma concisa.

Nesse quadro, outro fator que merece destaque é a necessidade de se levar em consideração, no ato de se descrever uma informação, os princípios norteadores da arquivística, ou seja, o princípio da proveniência e o princípio da organicidade.

Assim, foram desenvolvidas normas de descrição, que têm como finalidade contribuir com o acesso às informações que estão depositadas nas instituições. Uma das grandes vantagens e, também avanços em relação ao desenvolvimento das normas de descrição arquivística é que estas normas foram desenvolvidas respeitando os princípios norteadores da arquivística: proveniência e organicidade.

Nesse sentido, cabe ressaltar que necessidade cada vez maior de acesso, recuperação e disseminação da informação, devido à globalização e devido também as tecnologias de comunicação e informação (TICS), proporcionaram à arquivística o desenvolvimento normas que contribuíssem com a representação da informação.

Embora as análises dessas normas sejam válidas devido as suas especificidades em relação às maneiras de se descrever uma instituição, uma pessoa, uma família, uma função e/ou documento propriamente dito, nesse momento, a título informacional, listaremos as normas que tratam especificamente dos pontos de acessos, já que estas normas colaboram em relação à recuperação da informação.

Em relação às normas de descrição que tratam dos pontos de acesso, enumeram-se:

- DACS –Describing archives: a content standard- originada nos Estados Unidos da América (2008);
- RAD2 - Rules for archival description: elaborada pelos arquivistas canadenses (2008);
- ODA–Orientações para a descrição arquivística: criada por Portugal (2007);
- MDM–Manual de descripción multinivel: originaria da comunidade autônoma de Castela e Leão (Espanha, 2006);
- RCPPCN–Rules for the construction of personal, place and corporate names: National Council on Archives (1997);
- NEPAN - Norma para la elaboración de los puntos de acceso normalizados de instituciones, personas, familias, lugares y material en el sistema de descripción de los archivos estatales: Espanha (2010).

Nessa proposta de pesquisa não nos aprofundaremos em relação as especificidades das normas de descrição acima mencionadas, devido a abrangência da pesquisa. Porém, julgamos necessário mencioná-las devido às

suas colaborações em relação ao processo de recuperação da informação, possibilitando pontos de acesso.

Somado a isso, para maior esclarecimento, aponta-se que a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) não foi mencionada nessa lista, pois, a NOBRADE não abrangeu, no momento da sua elaboração, a tratativa dos pontos de acesso. Assim é necessário que os arquivistas brasileiros usem juntamente com a NOBRADE outras normas de descrição que tratem dos pontos de acesso, que podem ser nomes e/ou assuntos, de acordo com suas próprias especificidades arquivísticas, para que a descrição seja mais eficiente.

Porém, embora essas normas venham somar em relação ao processo de recuperação da informação, respeitando-se os limites da pesquisa, não haverá tempo suficiente para um maior aprofundamento sobre elas.

Neste cenário, em que foram criadas as normas nacionais e internacionais, de descrição arquivística que trazem em sua fundamentação como dar acesso as informações arquivísticas. Além dos pontos de acesso que as normas possuem, apontamos uma diferença importante, ao compararmos as normas de descrição e os tradicionais instrumentos de pesquisa da arquivística, pois, as normas de descrição permitem a mediação entre usuários e instituições de informação arquivística.

Os instrumentos de pesquisa da arquivística tradicional permitiam apenas uma descrição individualizada de cada informação. É preciso salientar, contudo, que a interoperabilidade proporcionada pelas normas de descrição arquivística é importante porque permite o acesso simultâneo às informações, o que contribui para a maior agilidade no processo de recuperação da informação, melhorando o tempo de resposta em relação as necessidades informacionais dos usuários.

As normas nacionais de descrição arquivística devem ser elaboradas de acordo com as necessidades informacionais específicas de cada país, isto é, de acordo com suas próprias realidades arquivísticas e também de acordo com as suas necessidades informacionais, assim como de acordo com as suas políticas nacionais de informação.

A normalização, proporcionada pelas normas de descrição, permite a troca de informação e essa troca informacional ocorre nacional e internacionalmente, o que colabora para o compartilhamento e socialização da informação.

Através das normas de descrição é possível representar a informação arquivística, pois, "o objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e conteúdo de material de arquivo, a fim de promover a acessibilidade", conforme o Conselho Internacional de Arquivos- ISAD (G) (2001, p.11).

2.2 Aspectos de normalização

As normas de descrição arquivística foram desenvolvidas para contribuir com o acesso as informações, além de contribuir com a parametrização dos elementos que são essenciais para que essas mesmas informações possam ser representadas e recuperadas de forma precisa para que, posteriormente seja possível ser reutilizada.

Essas normas de descrição arquivística foram desenvolvidas por diversos países, tais como Brasil, Espanha, Canadá, Estados Unidos etc., portanto, as normas de descrição podem ser consideradas instrumentos que contribuem com o acesso às informações, uma vez que, elas permitem a descrição das informações que estão custodiadas nas instituições de informação arquivística.

Para que uma determinada informação possa ser representada a partir de dados que contribuam, tanto em relação à representação da informação, como em relação ao acesso, as normas de descrição arquivística trazem em sua elaboração os elementos de descrição, que tem como finalidade atuar como pontos de acesso, facilitando a interação entre os usuários e as instituições arquivísticas.

Nesse sentido, as normas de descrição vêm contribuir para o processo de descrição através da padronização dos elementos que permitem que as informações estejam descritas (mesmo que a descrição seja feita em um nível mínimo) garantindo, portanto a sua disponibilização para a consulta.

No entanto, devido às peculiaridades de cada país, o ideal seria que cada um deles desenvolvesse sua própria norma de descrição, assim como seria ideal que essas normas atendessem não somente as informações que estão no suporte analógico, mas também nas informações que estão nos suportes digitais, devido a sua constante produção e circulação. Nesse sentido, a elaboração de normas de descrição visa atender a descrição de todos os tipos de suporte, como por exemplo, podemos mencionar as fotografias, que podem ser frequentemente encontradas nas instituições de informação arquivística.

Assim, devido à grande produção da massa documental em todos os tipos de instituições, torna-se necessário a existência de normas de descrição que facilitem o acesso as informações, independente de seus suportes.

A aplicação das normas de descrição é relevante, porque além das normas padronizarem como as informações serão descritas, elas contribuirão para que as informações sejam recuperadas sem existência de dispersão informacional.

As normas de descrição arquivística são elaboradas sobre duas perspectivas, as normas nacionais de descrição e as normas internacionais de descrição. As normas internacionais de descrição geralmente servem de apoio para que os demais países tenham subsídios que contribuam para a elaboração de suas próprias normas nacionais de descrição.

Somado a isso, devido às particularidades de cada país e de cada tradição arquivística, as terminologias utilizadas no momento da descrição podem ser bem diferentes, por isso, a existência de normas de descrição que se preocupem em relação ao acesso a informação torna-se primordial.

As normas de descrição arquivísticas são elaboradas a partir de áreas de identificação; essas áreas por sua vez, trazem campos que através de seus elementos contribuem em relação ao processo de como representar uma informação e, são esses mesmos elementos que atuam como mediadores de informação entre usuários e instituições arquivísticas, porque tem como finalidade contribuir com o acesso informacional.

Na próxima seção será tratada de forma mais verticalizada a realidade em relação ao desenvolvimento das normas de descrição arquivística.

2.2.1. A realidade internacional: a perspectiva do Conselho Internacional de Arquivos

O Conselho Internacional de Arquivos (CIA) é uma organização profissional voltada para os arquivos, com o objetivo de promover ações em relação à conservação, ao desenvolvimento e a utilização do patrimônio mundial dos arquivos.

O CIA é composto por 1.400 associados, distribuídos por mais de 190 países. Sua composição é feita por associações profissionais de arquivistas, arquivos locais e regionais e arquivos de outras organizações, assim como arquivistas individuais, conforme menciona o Conselho Internacional de Arquivos- CIA (2001).

A filiação ao CIA acontece por meio de instituições que mantêm arquivos. Podem se filiar ao CIA também os profissionais da área.

A integração entre os profissionais mencionados acima contribui para a troca de experiência profissional, assim como contribui para a elaboração de práticas que venham ao encontro das necessidades das instituições de informação arquivística. Assim também como contribui em relação ao desenvolvimento da área.

Portanto, os objetivos do CIA relacionam-se com a gestão eficaz dos arquivos e sua conservação, tratamento e utilização de patrimônio arquivístico do mundo, e como tal, representa os arquivistas profissionais do mundo inteiro (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS-CIA).

Ainda sobre essa perspectiva, cabe ressaltar, que o CIA:

É dedicado a proteger e garantir o acesso a arquivos através de uma comunicação sobre a profissão, estabelecendo padrões, desenvolvimento profissional dos arquivistas e implementação de um diálogo entre o arquivista, responsável pela tomada de decisão, produtores e usuários de arquivos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, tradução livre).

O CIA é um órgão não governamental, mantido pelos próprios membros associados ao Conselho, fundado há 60 anos.

Podemos mencionar que o CIA é um órgão que possibilita a comunicação arquivística entre os 190 países que o integram. Essa integração

entre os países proporciona a geração e transmissão de conhecimento em relação às práticas arquivísticas, pois a

vocação do conselho é canalizar a diversidade cultural trazida pelos seus membros para encontrar soluções de forma profissional e eficaz, e permite o surgimento de uma profissão aberta a inovações e adaptações (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, s/d [-tradução livre]).

Dessa forma, podemos considerar que o objetivo do CIA é contribuir com ações que possam atender a comunidade arquivística, através da difusão de conhecimento e de práticas profissionais, assim como contribui para o aprimoramento das práticas arquivísticas, contribuindo, portanto com a difusão da área.

As atividades do CIA desenvolvem-se em seções; essas seções possuem como objetivo incentivar o debate, estimular a pesquisa e o desenvolvimento de soluções para questões-chave de arquivo, conforme menciona o Conselho Internacional de Arquivo.

As Seções dividem-se em áreas especializadas relacionadas aos arquivos e, visam colaborar com a especificidade de cada seção, através de pesquisa sobre a área. As seções são os principais benefícios em relação à adesão ao CIA porque elas colaboram com o desenvolvimento das práticas arquivísticas.

Destacamos que o CIA contribuiu de maneira decisiva para a arquivística, porque corroborou com a normalização das práticas da arquivística. O reflexo dessa atuação pode ser constatado através do desenvolvimento das seguintes normas de descrição, a partir da década de 1990, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Normas de descrição arquivística

Norma	Descrição da Norma	Objetivo da Norma
ISAD (G)	Norma geral internacional de descrição arquivística; a primeira publicação da norma ocorreu no ano de 1.994 e, a revisão da norma aconteceu no ano de 1.999. O Brasil fez a tradução da mesma no ano de 2.000.	Fazer a descrição dos documentos de arquivo
ISAAR (CPF)	Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. A primeira publicação dessa norma ocorreu no ano de 1.996 e, a sua revisão	Apresentar elementos que forneçam subsídios para a descrição de entidades produtoras de informação, seja

	ocorreu no ano de 2003. No Brasil, a tradução da norma aconteceu no ano de 2004.	esta uma pessoa, uma família ou uma entidade coletiva.
ISDF	Norma Internacional para Descrição de Funções. A primeira publicação ocorreu no ano de 2007 e, o Brasil fez a tradução no ano de 2008.	Fornecer subsídios para a descrição de funções de entidades coletivas associadas à produção e manutenção de arquivos
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico. A publicação da norma ocorreu no ano de 2008 e, a tradução dela foi realizada no Brasil no ano de 2.009.	Fornecer elementos para a normalização de descrição de instituições que contenham acervos arquivísticos

Fonte: Elaborado pela autora

Esta proposta de pesquisa realizou estudos mais aprofundados em relação à norma de descrição ISAAR (CPF), uma vez que esta norma permite a descrição de pessoas, famílias e instituições e, nessa pesquisa, tendo como objeto de estudo a Universidade Estadual Paulista, a norma ISAAR (CPF) proporciona, através de seus elementos, uma descrição mais adequada.

As demais normas de descrição arquivística não foram elaboradas visando a descrição de pessoas, famílias e instituições e, por esse, motivo, optou-se no desenvolvimento dessa pesquisa, o uso da ISAAR (CPF).

A norma de descrição ISAAR (CPF) foi a norma de descrição escolhida para o desenvolvimento dessa pesquisa, pois, ela foi desenvolvida tendo como objetivo ser aplicada nas informações que fazem parte de uma instituição, família e/ou pessoa e, pelo fato dessa pesquisa estar analisando uma proposta que, no fim, deverá servir a uma universidade. Esta norma vem ao encontro das necessidades informacionais dessa instituição, isto é, a ISAAR (CPF) trabalha com elementos de descrição específicos para as instituições produtoras de informação.

Embora o foco dessa pesquisa refira-se a norma de descrição ISAAR (CPF), contudo, torna-se necessário, ainda que de forma sucinta mencionar a ISAD (G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, pois, ela foi uma das grandes precursoras das normas de descrição arquivística em geral.

No Brasil a ISAD (G) foi publicada no ano de 2000, por um grupo de profissionais vinculados ao Arquivo Nacional.

A ISAD (G) possui como finalidade "estabelecer diretrizes para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as

normas nacionais existentes ou como base para a sua criação" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS-ISAD (G), 2001, p. 11).

O objetivo da ISAD (G) é fornecer elementos que têm por finalidade:

- Assegurar a criação de descrições consistentes e auto-explicativas;
- Facilitar a recuperação da informação e a troca de informações sobre documentos arquivísticos;
- Possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade e
- Tornar possível a interação de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS-ISAD (G), 2001, p.10).

Diante dos elementos acima pode se constatar que a ISAD (G) é uma norma que contribui com a descrição de documentos de arquivos, sejam estes analógicos ou digitais, visando explicar e identificar o conteúdo e o contexto de produção desses documentos. A exceção em relação à aplicação da ISAD (G) esta relacionada aos documentos especiais, isto é:

Os selos, registros sonoros e mapas. Manuais expõem regras de descrição para tais documentos já existem. Esta norma deveria ser usada em combinação com esses manuais para possibilitar uma adequada descrição de documentos especiais (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS- ISAD (G), 2.001, p.10).

Para colaborar com o processo de descrição arquivística, a ISAD (G) foi desenvolvida a partir de vinte e seis elementos de descrição arquivística, dividida em sete áreas de descrição.

Para melhor visualização, apresenta-se o Quadro 3 com as áreas de descrições e seus respectivos elementos.

Quadro 3 – Elementos de descrição da norma geral internacional de descrição arquivística – ISAD (G)

Áreas	Objetivos
Área de identificação	Destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição.
Código(s) de referência	
Título	
Data(s)	
Nível de descrição	
Dimensão e suporte	

Área de contextualização	Destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição.
Nome(s) do(s) produtor(es)	
História administrativa/Biografia	
História arquivística	
Procedência	Destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição.
Área de conteúdo e estrutura	
Âmbito e conteúdo	
Avaliação, eliminação e temporalidade Incorporações	
Sistema de arranjo	Destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição.
Área de condição de acesso e uso	
Condições de acesso	
Condições de reprodução	
Idioma	Destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição.
Características físicas e requisitos técnicos Instrumentos de pesquisa	
Área de fontes relacionadas	
Existência e localização dos originais Existência e localização de cópias	
Unidades de descrição relacionadas	Destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas.
Nota sobre publicação	
Área de notas	Destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada.
Notas	
Área de controle da descrição	Destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada.
Nota do arquivista	
Regras ou convenções	
Data(s) da(s) descrição(ões)	

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme se pode visualizar no Quadro 3, a ISAD (G) é uma norma ampla, com um grande detalhamento de informações, porém, a norma menciona que desses vinte e seis elementos, apenas seis são considerados como obrigatórios no momento da descrição. Esses elementos estão abaixo mencionados e, são fundamentais para que seja possível o intercâmbio de informações:

- Código de referência;
- Título;
- Produtor;
- Data(s);
- Dimensão da unidade de descrição e

- Nível de descrição.

Esses elementos estão presentes na primeira área de identificação da ISAD (G), denominada de área de identificação. A partir da descrição pautada nesses seis elementos torna-se possível que o acervo esteja disponível para a consulta.

De uma maneira sucinta, essas são as informações que demonstram a abrangência, finalidade e objetivos da ISAD (G). Trouxemos algumas considerações sobre a mesma devido a sua relevância para a arquivística, pois, ela contribuiu para que outras normas de descrição arquivística fossem desenvolvidas, o que permitiu que a descrição arquivística ganhasse novos contornos, principalmente devido ao uso intenso das tecnologias de comunicação e informação, o que permitiu que a descrição se desvinculasse dos tradicionais instrumentos da arquivística (inventários, guias, catálogos e etc) e, partisse para novas maneiras de comunicação que atendessem de forma mais simultânea as necessidades dos usuários que precisam ter acesso as informações de forma cada vez mais rápida e precisa.

Dessa forma, a próxima etapa dessa pesquisa, refere-se a norma de descrição arquivística ISAAR (CPF), que é o recorte dessa proposta.

2.2.2. ISAAR (CPF)

A ISAAR (CPF) foi desenvolvida devido à necessidade de se padronizar a descrição de informações de produtores de informações arquivísticas. O produtor de informações arquivísticas pode ser uma pessoa, uma instituição e uma entidade coletiva, conforme apontado anteriormente.

A norma de descrição ISAAR (CPF), que foi revisada no ano 2000 não trouxe em sua elaboração áreas e elementos que fornecessem subsídios para a descrição de instituições produtoras de informações arquivísticas.

A importância de se ter uma norma que trate especificamente da descrição de entidades produtoras de informações arquivísticas foi ressaltado pelo Conselho Internacional de Arquivos, pois:

A descrição de produtores de documentos é uma atividade essencial dos arquivistas, independente do fato de as descrições serem

mantidas em sistemas manuais ou automáticos. Isto requer plena documentação e contínua manutenção do contexto de produção e uso dos documentos, principalmente a proveniência dos arquivos e documentos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS- ISAAR (CPF), 2004, p.11).

Para a prática profissional da arquivística, a ISAAR (CPF) vem contribuir para com o acesso à informação arquivística porque a norma proporciona que a descrição dos produtores das informações seja feita de maneira consistente, pois, através dos elementos que constituem a referida norma torna-se possível garantir:

O acesso a arquivos e documentos baseado no fornecimento de descrições do contexto da produção dos documentos associadas a descrições desses mesmos documentos, com frequência diversos e fisicamente dispersos;

Aos usuários a compreensão do contexto subjacente à produção e ao uso dos arquivos e documentos, de forma que possam melhor interpretar seus sentidos e significados;

A identificação precisa dos produtores de documentos, incorporando descrições dos relacionamentos entre diferentes entidades, especialmente documentando a mudança administrativa em entidades coletivas ou mudanças pessoais de circunstâncias em indivíduos e famílias; e

O intercâmbio dessas descrições entre instituições, sistemas e/ou redes (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS-ISAAR (CPF), 2004, p.12).

A ISAAR (CPF) conforme mencionado anteriormente passou por um processo de revisão. Na edição do ano de 1996 a ISAAR (CPF) contemplava três áreas de descrição arquivística: Área de Controle de Autoridade; Área de Informação e Área de Notas.

A edição do ano 2000 englobou mais uma área de descrição. Sua estrutura após a revisão contempla:

- Área de Identificação - semelhante à anterior Área de Controle de Autoridade;
- Área de Descrição - semelhante à anterior Área de Informação;
- Área de Relacionamentos e
- Área de Controle - semelhante à anterior Área de Notas.

A nova apresentação da ISAAR (CPF) favoreceu a arquivística, pois, "os elementos e regras das novas quatro áreas foram estruturados e esboçados com o objetivo de favorecer a compreensão de conceitos e melhores práticas

no processo de documentar o contexto dos arquivos" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS-ISAAR (CPF), 2004, p. 9).

A elaboração de uma norma que tem como objetivo padronizar as instituições que produzem informações arquivísticas permite:

Descrever uma entidade coletiva, pessoa, ou família como unidades dentro de um sistema de descrição arquivístico;
Controlar a criação e uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas e,
Documentar relações entre diferentes produtores de documentos e entre essas entidades (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS- ISAAR (CPF), 2004, p.11).

Dessa forma, verifica-se que a partir da norma de descrição ISAAR (CPF) tornou-se possível padronizar a descrição das entidades produtoras de informações, o que contribui em relação às formas de "controlar a forma do nome e identidade de uma entidade coletiva, pessoa ou família nomeada num ponto de acesso que seja relacionado a uma unidade de descrição arquivística" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS-ISAAR (CPF), 2004, p.12).

Outro fator que merece ser mencionado é que a ISAAR (CPF) pode ser utilizada sobre duas perspectivas, isto é, pode ser usada em conjunto com as normas de descrição arquivística que foram desenvolvidas nacionalmente e, também pode servir de subsídio para que outros países possam desenvolver suas próprias normas de descrição arquivística.

A ISAAR (CPF) traz subsídios que possibilitam a descrição de uma instituição produtora de informações, porque fornece orientações em relação aos elementos que devem ser utilizados no momento da descrição arquivística.

Os elementos de descrição para um registro de autoridade arquivística estão organizados em quatro áreas de informação. Para melhor compreensão, foi disposto em um quadro as áreas de identificação presentes na ISAAR (CPF) de modo que fosse possível entender quais elementos estão presentes em cada área de identificação e, quais são seus objetivos (Quadro 4).

Quadro 4 - Elementos de descrição para autoridade arquivística (ISAAR-CPF)

Áreas	Objetivos
Área de Identificação	Visa identificar especificamente a entidade que está sendo descrita e são definidos pontos de acesso normalizados para o registro
Tipo de entidade	
Forma(s) autorizada(s) do nome	

Formas paralelas do nome	
Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras	
Outras formas do nome	
Identificadores para entidades coletivas	
Área de Descrição	
Datas de existência	Refere-se sobre a natureza, contexto e atividades da entidade que está sendo descrita.
História	
Locais	
Status legal	
Funções, ocupações e atividades	
Mandatos/Fontes de autoridade	
Estruturas internas/Genealogia	
Contexto geral	
Área de Relacionamentos	
Nomes/Identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas	Onde relações com outras entidades coletivas, pessoas e/ou famílias são registradas e descritas.
Categoria do relacionamento	
Descrição do relacionamento	
Datas do relacionamento	
Área de Controle	
Identificador do registro de autoridade	Onde o registro de autoridade é especificamente identificado
Identificadores da instituição	
Regras e/ou convenções	
Status	
Nível de detalhamento	
Datas de criação, revisão ou obsolescência	
Idioma(s) e sistema(s) de escrita	
Fontes	
Notas de manutenção	

Fonte: Elaborado pela autora

Todos os elementos abrangidos por esta norma estão disponíveis para serem aplicados para a descrição das instituições produtoras, mas somente alguns elementos são obrigatórios.

Os elementos obrigatórios foram informados abaixo:

- Tipo de entidade;
- Forma(s) autorizada(s) do nome;
- Datas de existência e
- Identificador do registro de autoridade.

Todos esses elementos podem ser utilizados pelos arquivistas, mas devido à quantidade de elementos que devem ser preenchidos, caso não seja possível realizar uma descrição total das informações que compõem as instituições arquivísticas, sugere-se ao menos que seja feita a descrição a partir dos elementos considerados obrigatórios.

Os elementos obrigatórios permitem que as informações sejam descritas de forma padronizada, o que colabora com o acesso a informação, isto é, os elementos obrigatórios contribuirão com o processo de recuperação da informação, pois, serão os mediadores entre as informações e os usuários.

As normas de descrição arquivística aplicam-se a todos os tipos de suportes e, em todos os tipos de instituição, portanto, a utilização dessas normas vem contribuir com um dos objetivos das instituições de informação arquivística que se relaciona a tornar acessível às informações que fazem parte de seus acervos.

O CIA relata que esta norma seja usada em combinação com normas e convenções nacionais, para que seja preservada a tradição arquivística de cada país, pois, a relevância das normas de descrição internacionais é justificada porque estas:

Normas internacionais são o caminho para a normalização da descrição arquivística na descrição, a nível internacional e também nacional, visto que além de servirem de suporte para a criação de diretrizes nacionais, devem ser aplicadas em consonância com às práticas de cada país (LLANES PADRÓN, 2011,p. 66).

Além das normas internacionais, existem também as normas nacionais que visam atender as necessidades específicas de todos os países. Portanto, na próxima seção, analisou-se a realidade brasileira (CONARQ).

2.2.3 A realidade brasileira: a perspectiva do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), vinculado ao Arquivo Nacional, foi criado pela lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991.

O CONARQ tem a finalidade de definir a política nacional em relação aos arquivos públicos e privados, bem como de exercer orientação normativa

visando à gestão documental e à proteção relacionada aos documentos de arquivo.

Para cumprir sua missão, o CONARQ constituiu câmaras técnicas e comissões especiais com o propósito de elaborar estudos, normas e outros instrumentos que são necessários para a implantação da política nacional de arquivos.

Vale salientar que o Brasil foi envolvido no cenário da elaboração das normas internacionais por meio da participação de um representante brasileiro para atuar em conjunto com outros representantes de outros países no grupo de trabalho que estava responsável pela discussão das normas de descrição arquivística internacional, especificamente na ISAD (G) e ISAAR (CPF).

Notadamente, após a participação do Brasil no grupo que estava responsável pela elaboração e, revisão das normas de descrição ISAD (G) e ISAAR (CPF) propiciou que fosse avaliada a necessidade do Brasil criar sua própria norma de descrição arquivística de acordo com a realidade específica dos arquivos brasileiros.

2.2.4 A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)

O CONARQ desenvolveu a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) em 2006; esta norma fornece diretrizes para a descrição da arquivística no Brasil.

No Brasil, o desenvolvimento da NOBRADE deve-se ao fato do Brasil ter participado da revisão da norma ISAD (G)- esta norma, ainda não era conhecida no Brasil e, a única tradução e, também impressão ocorreu por meio dos “Cadernos BAD, da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, com pequena circulação em nosso país”, conforme esclarece o Conselho Nacional de Arquivos- NOBRADE (2006, p.8).

O objetivo da NOBRADE é facilitar o acesso entre as informações em nível nacional e internacional, pois, é compatível com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística- ISAD (G).

Em relação a elaboração da NOBRADE, aponta-se:

A NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAd(G) e ISAAR(CPF). Seu objetivo, ao contrario, consiste na adaptação das

normas internacionais a realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional (BOTÃO, 2011, p. 53).

A NOBRADE foi desenvolvida pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), através da portaria n. 56, de 30/9/2001, do Conarq, “com a finalidade de propor normas que, em conformidade com a ISAD(G) e a ISAAR (CPF)” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS-NOBRADE, 2006, p.9).

O desenvolvimento de uma norma nacional proporcionou um grande avanço para a descrição arquivística, pois, a “padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- NOBRADE-, 2006, p.10).

Essa padronização gerada a partir do desenvolvimento e, por consequência, uso da NOBRADE, permitiram que as informações fossem descritas de maneira mais consistente, apropriada e auto-explicativa veio somar em relação ao processo de recuperação da informação.

Em relação a utilização da NOBRADE torna-se necessário salientar, “esta norma deve ser intensamente divulgada no âmbito das instituições arquivísticas e nos eventos ligados aos profissionais da área, de modo a possibilitar seu aperfeiçoamento”, conforme salienta BOTÃO (2011, p. 53).

A NOBRADE abrange em sua constituição o respeito aos fundos, que é um dos princípios básicos da arquivística. O respeito aos fundos é um dos elementos que diferenciam a arquivística de outras áreas do conhecimento científico, como por exemplo, a biblioteconomia, já que é comum, no senso comum, a confusão entre as áreas.

Em relação aos princípios da arquivística que são respeitados pelas normas de descrição, pondera-se que:

Normas de descrição arquivística são baseadas em princípios teóricos aceitos. Por exemplo, o princípio de que a descrição arquivística procede do geral para o particular é uma consequência prática do princípio de respeito aos fundos [...] (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS-ISAD (G), 2001, p.12).

A norma foi elaborada visando as informações que se encontram na fase permanente, porém, pode ser aplicada nas informações que estão na fase corrente e intermediária.

Nesse ponto, deve-se observar as mudanças de paradigmas relacionadas a aplicação da descrição nos documentos arquivísticos, isto é, a

arquivística mais tradicional entende que a descrição é uma atividade que esta relacionada aos documentos que foram caracterizados como permanentes, uma vez que, os arquivos permanentes foram produzidos visando o “acesso da documentação recolhida para a guarda permanente após o processo de avaliação” (BELLOTTO, 2004, p.173).

Porém, a partir do século XX a descrição arquivística sofre algumas modificações, ou seja, deixa de ser uma atividade voltada exclusivamente a organização da informação, assumindo, portanto, um novo objetivo, isto é, melhorar os processos de recuperação e de acesso às informações.

A partir dessa nova dimensão que a descrição arquivística ganhou, verifica-se que, para a arquivística pós-moderna, a descrição tem como finalidade contribuir em todas as idades dos documentos, ou seja, idade corrente, idade intermediária e idade permanente porque a aplicação da descrição em todas as idades proporcionará a identificação, a gestão, a recuperação e a localização das informações, explicando seus respectivos contextos de produção.

Essa nova realidade da descrição arquivística é também relatada por Santos e Santos (2013, p. 2):

Num movimento inicialmente dedicado à guarda e acumulação, passando na atualidade para uma nova vertente, imbuída de uma concepção mais moderna preocupada não somente com a organização, mas também com o próprio acesso à documentação acumulada.

No Brasil, em relação a elaboração da norma brasileira de descrição arquivística, verifica-se que a NOBRADE foi criada visando atender as necessidades dos arquivos permanentes; assim também torna-se necessário mencionar que a norma brasileira não contempla em sua constituição as informações que nascem no suporte digital ou que migram para esse suporte, porém, nada impede que sejam feitas adaptações de acordo com as necessidades específicas de cada unidade de informação arquivística.

Nesse sentido, Botão (2011, p. 63) pondera que em relação a estrutura de elaboração da NOBRADE, ela "abarca informações necessárias à descrição de dados e informações em qualquer suporte, o que possibilita que seja

adaptada às demandas de cada instituição como base às necessidades de seus pesquisadores".

A não contemplação das informações digitais é um dos pontos desfavoráveis para a norma, principalmente ao levarmos em consideração a criação exponencial desse novo suporte.

A produção da informação digital demanda também que a recuperação desse tipo de informação aconteça de forma cada vez mais dinâmica, portanto, representar as informações e dar acesso aos mesmos é fundamental.

Essa velocidade também pode ser notada em relação a demanda cada vez maior em relação ao processo de acesso, uso e reutilização dessas informações que são constantemente recuperadas.

Nesta perspectiva, os elementos de descrição existentes nas normas de descrição arquivística contribuem para o acesso e representação da informação, porque as normas de descrição são normas compostas por diversos elementos que possuem por objetivo transmitir uma descrição fiel em relação aos conjuntos informacionais que constituem as instituições de informação arquivística e também de seus produtores.

Farias e Roncaglio (2015, p. 7) apontam as dificuldades que os profissionais da informação podem encontrar em relação a aplicabilidade da NOBRADE. Os autores salientam os arquivos públicos municipais enfrentam "muitas diversas dificuldades, em geral motivadas por fatores relacionados à falta de recursos. Existe a necessidade de recursos financeiros e materiais e profissionais capacitados e em quantidade suficiente para o trabalho".

Assim, quando a realidade da prática profissional não permitir que as informações sejam descritas de acordo com todos os elementos da norma, o profissional da informação deverá realizar a descrição abrangendo somente os elementos destacados como obrigatórios.

A partir desses elementos é possível que o acervo esteja disponibilizado para as consultas, porque partir desses elementos os conteúdos das informações estarão representados de forma que não impeçam a recuperação da informação.

Em relação aos elementos obrigatórios a NOBRADE, destacam-se:

- Código de referência;
- Condições de acesso;
- Data;
- Dimensão e suporte;
- Nível da descrição;
- Nome do produtor e
- Título.

Além dos elementos obrigatórios, a NOBRADE é constituída de vinte e oito elementos de descrição que foram distribuídos em áreas.

Abaixo segue a discriminação dessas áreas com seus respectivos elementos de descrição, através do uso de um quadro, para que possamos visualizar de maneira mais clara as áreas existentes na norma, assim como seus respectivos objetivos (Quadro 5).

Quadro 5 - Áreas e elementos de descrição referenciados na NOBRADE

Áreas	Objetivos
Área de contextualização Onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição	Nome (s) do (s) produtor (es)
	História administrativa/bibliográfica
	História arquivística
	Procedência
Área de conteúdo e estrutura Onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição	Âmbito e conteúdo
	Avaliação, eliminação e temporalidade
	Incorporações
	Sistemas de arranjo
Área de condições de acesso e uso Onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição	Condições de acesso
	Condições de reprodução
	Idiomas
	Características físicas/requisitos técnicos
	Instrumentos de pesquisa
Áreas de fontes relacionadas Onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição	Existência e localização dos originais
	Existência e localização de cópias
	Unidade de descrição relacionada
	Notas sobre publicação
Área de notas Onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha	Notas sobre conservação
	Notas gerais

lugar nas áreas anteriores	
Área de controle da descrição Onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada	Nota do arquivista
	Regras ou convenções
	Data (s) da (s) descrição (ões)
Áreas de ponto de acesso e indexação de assuntos	
Onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição	Pontos de acesso e indexação de assuntos

Fonte: Elaborado pela autora

Por meio da utilização desses elementos de descrição objetiva-se garantir a representação da informação, para que não existam problemas relacionados a falta de elementos para o processo de recuperação da informação.

Embora o Brasil tenha uma norma de descrição arquivística própria, nessa pesquisa será utilizada a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR (CFP), porque a norma brasileira não traz em sua constituição a representação da informação dos produtores de informações arquivísticas.

A NOBRADE desenvolveu apenas as áreas de descrição que são voltadas para as informações convencionais, que estão nos suporte analógico. Somado a isso, a NOBRADE não trabalha os pontos de acesso que descrevem os produtores de documentos.

Dessa forma, como o objeto inicial de análise motivador para esta pesquisa é a Seção Técnica de Comunicações da UNESP, utilizou-se a ISAAR (CPF) porque esta norma trata da normalização de pontos de acesso para entidades produtoras de informações, sejam estas, um papel, uma fotografia e etc. Para que fique claro: esta pesquisa não trata diretamente da UNESP, não se refere diretamente a uma aplicação, mas encaminha uma proposta com esse fim, ou seja, tem como horizonte a organização da informação arquivística nessa instituição.

Para contribuir com o processo de recuperação da informação, trouxemos no desenvolvimento dessa pesquisa, contribuições acerca dos vocabulários controlados, pois, este instrumento colabora com a padronização

da informação, permitindo dessa forma, que uma informação não venha a ser descrita a partir de várias nomenclaturas, o que irá contribuir no momento em que os usuários realizarem suas buscas.

Dessa forma, no próximo capítulo tratamos dos vocabulários controlados em relação as suas definições, usos e aplicabilidades para que fosse possível entender como esses instrumentos podem auxiliar a arquivística em relação aos seus fazeres.

3 A elaboração de vocabulários controlados em arquivos

A utilização de instrumentos que cooperem em relação à representação da informação por meio do controle de vocabulário torna-se necessário para todos os tipos de instituições de informação porque a padronização oriunda dos vocabulários controlados contribui para os processos de organização, representação, disseminação e recuperação da informação.

Para embasarmos as reflexões sobre os vocabulários controlados, situando-os nos saberes e fazeres da arquivística, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, para que pudéssemos ter uma base teórico-metodológica sólida, que tratasse o assunto em questão.

3.1 Aspectos teóricos

Os vocabulários controlados atuam como instrumentos que minimizam os ruídos na comunicação entre os sistemas de informação e seus usuários. Desse modo são importantes instrumentos auxiliares no processo de organização, representação e recuperação da informação, pois, “considerando-se a perspectiva mediadora dos arquivos, acredita-se que, sem o recurso da padronização terminológica na representação documentária, prejudica-se o fluxo de comunicação” (MOREIRA et al, 2015, p.4)

Ainda sobre esse assunto, Moreira et al (2015, p.03) mencionam:

Na ausência de controle terminológico por meio de linguagem documentária, isso é, sem a adoção de procedimentos de desambiguação da linguagem natural, realiza-se um uso pobre da linguagem em si, enquanto elemento capaz de sintetizar e sistematizar conceitos.

Portanto, os vocabulários controlados fornecem instrumentos que visam melhorar a eficácia em relação à representação da informação, o que contribui para que o acesso a essas informações aconteça de forma fluída, sem entraves informacionais.

Através da utilização dos vocabulários controlados torna-se possível diminuir os problemas que podem existir em relação ao acesso, ao uso e a disseminação da informação porque estes permitem que haja uma comunicação mais clara entre o usuário da informação e o respectivo sistema,

uma vez que, os vocabulários controlados colaboram com a padronização das informações, isto é, ele permite que haja uma melhor consistência em relação à nomeação das informações.

Aguiar (2008, p. 220) considera que os vocabulários controlados:

São concebidos como instrumento documentário que visa facilitar a organização, a representação e a recuperação da informação com a finalidade de otimizar a transferência social da informação; ao promoverem ambientes de recuperação da informação de domínios contextuais específicos com consistência, além de minimizarem os ruídos na recuperação da informação.

Dessa forma, faz-se necessário o uso de instrumentos que contribuam em relação à representação da informação, pois, acreditamos que o uso dos vocabulários controlados "podem contribuir de maneira bastante satisfatória, pois, se não houver acordo terminológico não será possível a precisão na comunicação" (MOREIRA, DAVANZO, MORAES, 2015, p. 3).

A precisão na comunicação colabora em relação aos processos de organização da informação, refletindo as necessidades de cada instituição, assim como contribui em relação aos processos de recuperação da informação que é realizado pelo usuário.

Devido à constante necessidade informacional, o profissional da informação, depara-se com uma nova realidade, isto é, garantir não somente a organização da informação, mas proporcionar a recuperação, o acesso e uso da informação, pois, sem o registro da informação não é possível que essa informação seja reutilizada posteriormente, uma vez que a partir desse uso, um novo conhecimento pode ser gerado, propiciando uma nova produção de informação (Guimarães, 2003). Portanto, fazer uso de instrumentos que contribuam para o processo de organização e recuperação da informação, torna-se fundamental.

Acredita-se que uma instituição, que contemple acervos digitais ou analógicos, e que não utilize nenhum tipo de tratamento informacional corrobora para um caos informacional. A organização da informação criará mecanismos que garantam a organização dessas informações, através de controles que perpassam todo o ciclo documental, porque para que uma informação possa ser recuperada, disseminada e socializada é necessário que se considere "todas as questões que perpassam os processos de produção,

coleta, tratamento ou organização, recuperação, disseminação e uso da informação" (Guimarães, 2003).

Todavia, para que seja possível difundir esse conhecimento, é necessário refletir sobre as maneiras pelas quais as informações estão sendo produzidas para que dessa forma, seja possível analisar seus impactos em relação ao processo de representação e recuperação da informação.

Sobre essa perspectiva, observa-se juntamente com Narukawa (2011, p. 24), que:

Para que esse conhecimento possa ser compartilhado e socializado, é necessário refletir sobre formas possíveis de organização da informação. Garantir sua disponibilização é de certa forma, potencializar a apropriação dessa informação, permitindo que, assim, as pessoas a utilizem em prol das suas necessidades.

Nesse sentido, espera-se que os vocabulários controlados sejam utilizados de forma cada vez mais expressiva pelas instituições de informação, mais especificamente pela arquivística, porque as práticas da arquivística remetem ao tratamento da informação, desde a sua produção até a sua socialização.

Em relação à socialização da informação, os vocabulários controlados atuam como agentes facilitadores porque são:

Sistemas permitem que haja a socialização da informação, em ambientes digitais, por meio da representação que realiza, é possível à recuperação de documentos que possibilitam à existência da comunicação científica em diversos campos do saber (ROCHA; DOMINGUES e CERVANTES, 2013, p.462).

Assim, é necessário o uso de instrumentos que proporcionem uma maior consistência e confiabilidade em relação à representação da informação.

Portanto, os arquivistas precisam apropriar-se de instrumentos que possam ser aplicados em todas as instituições e que estes venham atender as necessidades de cada uma. Somado a isso, salienta-se que devido a necessidade cada vez maior de acesso informacional torna-se necessário:

Que os profissionais da informação desenvolvam e implementem sistemas representacionais que estabeleçam a confluência entre a organização cognitiva imposto ao conhecimento pelo seu produtor (representação primária) e a organização conceitual imposta ao documento pelo especialista da informação (representação secundária) (ALVARENGA, 2003, p.29).

Todos os tipos de instituições produzem e também recebem informações em detrimento de suas atividades e funções, por isso, garantir que essas informações sejam recuperadas é uma tarefa prioritária, porque a informação é considerada diferencial para todas as instituições, desde as públicas até as privadas, porque a partir delas são gerados novos conhecimentos, pois, conforme observa Narukawa (2011, p. 24) a informação é "insumo potencial para gerar novos conhecimentos" e estas instituições refletem o desenvolvimento de toda a sociedade.

Salienta-se também que cada organização, devido a sua missão, visão e valor produzem diferentes tipos de informações, dessa forma não existe uma forma unívoca para se estabelecer como as informações podem ser representadas e disponibilizadas para a consulta, portanto, evidencia-se que, o uso dos vocabulários controlados pelas instituições se faz pertinente, porque estes são instrumentos dinâmicos, o que permite que cada instituição desenvolva seu próprio vocabulário controlado de acordo com as suas necessidades específicas; dessa maneira, acredita-se que os vocabulários controlados são instrumentos diferenciais para todos os tipos de instituições.

Sobre esta perspectiva, observa-se:

Para que esse conhecimento possa ser compartilhado e socializado, é necessário refletir sobre formas possíveis de organização da informação. Garantir sua disponibilização é de certa forma, potencializar a apropriação dessa informação, permitindo que, assim, as pessoas a utilizem em prol das suas necessidades (NARUKAWA, 2011, p. 24).

Por este motivo, as informações precisam ser planejadas desde a sua produção até a sua difusão, pois, é "importante ressaltar que cada vez mais as organizações têm a necessidade de compartilharem suas informações orgânicas" (AGUIAR, 2008, p. 232), diante disso, entende-se que o planejamento documental é a base para que todas as informações que são produzidas e recebidas pelas instituições estejam disponibilizadas para seus usuários, afinal, não existe acesso a informação sem que exista previamente a organização da informação, ou seja, a gestão documental é altamente necessária.

Diante dessa observação, compreende-se que o planejamento documental é um importante aliado no processo de recuperação da

informação, principalmente, se levarmos em consideração que, assim como a produção da informação acontece de forma exponencial, a sua transmissão também ocorre de forma cada vez mais dinâmica, portanto, pensar em como essas informações serão recuperadas torna-se primordial para a sociedade atual.

Nesta perspectiva, Pinheiro e Ferrez (2014, p. 7) observam que "a recuperação da informação foi e continua sendo questão central na ciência da informação, desde o seu surgimento como campo científico até hoje", portanto, pode-se evidenciar que a devido à chamada sociedade da informação, os instrumentos que colaboram para o processo de recuperação da informação são peças primordiais para que seja possível atender a esse novo usuário da informação.

Sobre essa realidade, considera-se que usar os vocabulários controlados colabora para melhorar a gestão da informação, pois, estes corroboram para a organização da informação que é produzida diariamente em todos os suportes, assim como corrobora em relação à eficácia da recuperação da informação, através do seu controle terminológico.

Partindo desse pressuposto, outro ponto importante que merece destaque em relação a aplicação dos vocabulários controlados nos arquivos refere-se ao momento da utilização dos mesmos, pois, estes podem ser usados como instrumentos que contribuam em relação a recuperação da informação (processo de saída) ou ainda podem ser utilizados no momento em que os profissionais da informação estiverem nomeando as informações que compõem as unidades de informação (processo de entrada), ou seja, contribui para uma eficiente gestão da informação

Em relação aos usos dos vocabulários controlados pela arquivologia, estes podem ser usados como instrumentos que contribuam em relação a gestão de arquivos, como também podem somar em relação a "nomeação de funções e de atividades que integram os planos de classificação", conforme apontam Smit; Kobashi (2003, p.17).

Portanto, a "consistência, precisão e relevância da informação constituem qualidades básicas nesse processo e dependem principalmente de tesouros" conforme mencionam Pinheiro e Ferrez (2014, p. 7).

Dessa forma, pode-se considerar que a utilização dos vocabulários controlados pelas instituições de informações arquivísticas contribui para o tratamento da informação, desde a fase corrente até a fase permanente.

Em vista disso, os vocabulários controlados podem ser utilizados como instrumentos que irão contribuir, por exemplo, no momento da representação da informação, quando o profissional da informação irá identificar uma informação e, também no momento em que estarão sendo definidos quais os termos que irão ser utilizados para que esse documento seja recuperado.

3.2 Aspectos metodológicos

A partir do desenvolvimento dessa pesquisa, constatou-se que a arquivística ainda está caminhando a passos lentos em relação à utilização dos vocabulários controlados em suas práticas, mas constatou-se também que, ainda de uma maneira tímida, existem alguns manuais e normas que os arquivistas fazem uso que apontam em sua elaboração a necessidade do uso dos vocabulários controlados.

Dessa forma, nesse capítulo analisou-se o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de documentos – E-ARQ Brasil, pois, em sua constituição existe a especificação da necessidade do uso do vocabulário controlado, assim como foi analisado o Projeto Como Fazer, intitulado de "Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos"

Em relação ao E-arq Brasil este foi elaborado pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos. Foi, portanto, no âmbito do CONARQ, que a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) redigiu e elaborou o E-ARQ Brasil.

Em relação à definição do que é o E-arq Brasil apontamos:

É uma especificação de requisitos a serem cumpridas pela organização produtora/recebedora de documentos pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos, a fim de garantir sua confiabilidade e autenticidade, assim como a sua acessibilidade (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- E- Arq Brasil, 2011, p.05).

O E-arq Brasil foi desenvolvido devido à necessidade de tratamento em relação os documentos digitais, ou seja, seu objetivo é fazer o planejamento

das informações que fazem parte de um sistema de informações informatizado. Esse sistema que contempla o gerenciamento de informações foi denominado como SIGAD.

O SIGAD por sua vez, tem a função de ser “capaz de gerenciar, simultaneamente, os documentos digitais e convencionais, conforme estabelece o Conselho Nacional de Arquivos-E-arq Brasil” (2011, p.10), isto é, para que um SIGAD seja eficiente ele deve fazer o gerenciamento da informação, desde a sua produção, tramitação, utilização, arquivamento e destinação final.

Dessa maneira, o E-arq Brasil contempla em sua constituição as definições de documento arquivístico, documento arquivístico digital e documento arquivístico convencional. Seguem abaixo, as respectivas definições:

- Documento arquivístico: "É um documento produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades, qualquer que seja o suporte, e dotado de organicidade" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- E-arq Brasil, 2011, p. 4);
- Documento arquivístico digital: "É um documento arquivístico codificado em dígitos binários, produzido, tramitado e armazenado por sistema computacional" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- E-arq Brasil, 2011, p.6);
- Documento arquivístico convencional: "É um documento arquivístico produzido, tramitado e armazenado em formato não digital" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS-E-arq Brasil, 2011, p. 6).

Um aspecto importante que foi contemplado pelo E-arq Brasil está relacionado aos princípios da arquivística, isto é, ele mantém em sua constituição os princípios da organicidade, unicidade, autenticidade e confiabilidade.

Sua aplicação pode ser feita em todos os tipos de informações e em todos os tipos de instituições, portanto, é mais uma ferramenta que os arquivistas possuem para contribuir com o acesso a informação, uma vez que,

"é necessário o desenvolvimento de uma série de instrumentos para apoiar os procedimentos e operações técnicas de gestão arquivística de documentos" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS-E-arq Brasil, 2011, p.36).

O E-Arq Brasil foi desenvolvido em duas partes:

- Parte I: Gestão arquivística de documentos – contém sete capítulos e trata da política arquivística, do planejamento e da implantação do programa de gestão arquivística de documentos, dos procedimentos e controles do SIGAD;
- Parte II: Especificação de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos – descreve os requisitos necessários para desenvolver o SIGAD que se refere aos aspectos de funcionalidade, metadados, glossário e referências (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS-E-Arq Brasil, 2011, p.14).

Os aspectos de funcionalidade estão contemplados em quatorze capítulos, divididos em seções que tratam de organização da informação, incluindo-se o plano de classificação, produção, tramitação, captura, destinação, recuperação da informação, segurança, armazenamento, preservação, funções administrativas e técnicas e, requisitos adicionais.

A funcionalidade do E-arq Brasil baseia-se em elementos que foram divididos em elementos obrigatórios (O), elementos altamente desejáveis (AD) e elementos facultativos (F). Para melhor visualização, segue Figura 1.

Figura 1 - Requisitos do E-Arq Brasil



Fonte: Elaborado pela autora

Na parte I do E-arq Brasil que se refere a gestão arquivística de documentos é o local onde o modelo de requisitos trata do uso dos vocabulários controlados. A tratativa ocorre de maneira sucinta, mas ainda assim não deixa de ser um grande avanço para a área.

O vocabulário controlado no E-arq Brasil está situado na seção 5.2 que trata da metodologia do programa de gestão. Nessa seção encontra-se o levantamento preliminar, que tem por objetivo:

Gerar o conhecimento necessário sobre a missão, a estrutura organizacional e o contexto jurídico-administrativo no qual o órgão ou entidade opera, de forma que possa identificar as exigências para produzir e manter documentos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- E-arq Brasil, 2011, p. 23).

A parte "b" dessa seção aborda questões referentes à análise das funções, das atividades desenvolvidas e dos documentos produzidos e, é nesse tópico que o E-arq menciona a utilização dos vocabulários controlados.

Ainda no requisito indexação, o E-arq Brasil traz contribuições em relação ao uso dos vocabulários controlados, ou seja, "a indexação é a atribuição de termos à descrição do documento, utilizando vocabulário controlado e/ou lista de descritores, tesauro e o próprio plano de classificação" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- E-Arq Brasil, 2011, p. 30).

O vocabulário controlado também é tratado como um instrumento que contribui com os procedimentos e operações técnicas que se relacionam com a

gestão arquivística, perpassando desde a fase da produção documental até a sua destinação final, isto é, guarda permanente ou eliminação.

Em relação à definição dos vocabulários controlados pelo E-arq Brasil, apontamos:

É um conjunto normalizado de termos que serve à indexação e a recuperação da informação. Permite controlar a terminologia utilizada na indexação, estabelecendo os termos aceitos pelo órgão ou entidade e controlando o uso de sinônimos, homônimos, abreviaturas e acrônimos... (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- E-arq Brasil, 2011, p. 43).

Contudo, embora o E-arq Brasil faça tratativa em relação ao uso dos vocabulários controlados, nota-se que em nenhum momento é demonstrado como elaborar ou como aplicar um vocabulário controlado, o E-arq traz apenas algumas contribuições em relação à definição do que é o vocabulário controlado e aponta sobre a necessidade de seu uso, mas o E-arq Brasil não define os caminhos para a elaboração dos vocabulários controlados.

O E-arq Brasil menciona que, "um SIGAD deve utilizar tesouro ou vocabulário controlado para apoiar a atribuição do metadado assunto/descritor" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- E-arq Brasil, 2011, p.63), ou ainda:

Quando o órgão ou entidade utilizar tesouros ou vocabulário controlado, um SIGAD deve ser capaz de realizar pesquisa dos documentos e dossiês/processos por meio da navegação destes instrumentos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- E-Arq Brasil, 2011, p.78).

O E-arq Brasil é um modelo de requisitos que apontam quais são os elementos que devem ser levados em consideração no momento da criação de um sistema de gerenciamento arquivístico, mas, em contrapartida, ele não define como esse sistema pode ser desenvolvido, portanto, em sua constituição o E-arq Brasil menciona apenas quais são os requisitos que devem estar presentes em um determinado sistema de gerenciamento arquivístico, para que as informações depositadas nesses sistemas sejam autênticas, fidedignas e confiáveis.

Para contribuir com a confiabilidade das informações o E-Arq Brasil também abrange em sua constituição, o uso dos metadados, pois, estes vão contribuir em relação à confiabilidade das informações que estão disponibilizadas em um sistema de gerenciamento arquivístico.

Diante das constatações acima, observa-se que o E-Arq Brasil trouxe uma nova oportunidade para os arquivistas porque é uma ferramenta que pode ser utilizada em todos os tipos de instituições de informação arquivística, pois, pode ser adaptado de acordo com necessidades específicas. Portanto, pode ser considerado como um avanço para a área porque fornece diretiva tanto para as informações que estão no suporte analógico como para os que estão no digital, isto é, “no caso dos documentos convencionais, o sistema registra apenas as referências sobre os documentos e, para os documentos digitais, a captura, o armazenamento e o acesso são feitos por meio do SIGAD” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- E-arq Brasil, 2011, p.11).

O E-Arq Brasil permite que a arquivística caminhe em direção a organização da informação que nasce exclusivamente no ambiente digital ou em relação às informações que nascem no suporte analógico, mas que por necessidades informacionais específicas de cada unidade de informação migram para o suporte digital.

Sobre essa nova realidade, ressaltamos que, “os documentos digitais trouxeram uma série de vantagens no que se refere à produção, transmissão, armazenamento e acesso que, por sua vez, acarretaram alguns problemas” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- E-arq Brasil, 2011, p.16), dessa forma, torna-se necessário que a arquivística faça uso de outros instrumentos que contribuam não somente para a organização e acesso da informação, como também com a sua representação.

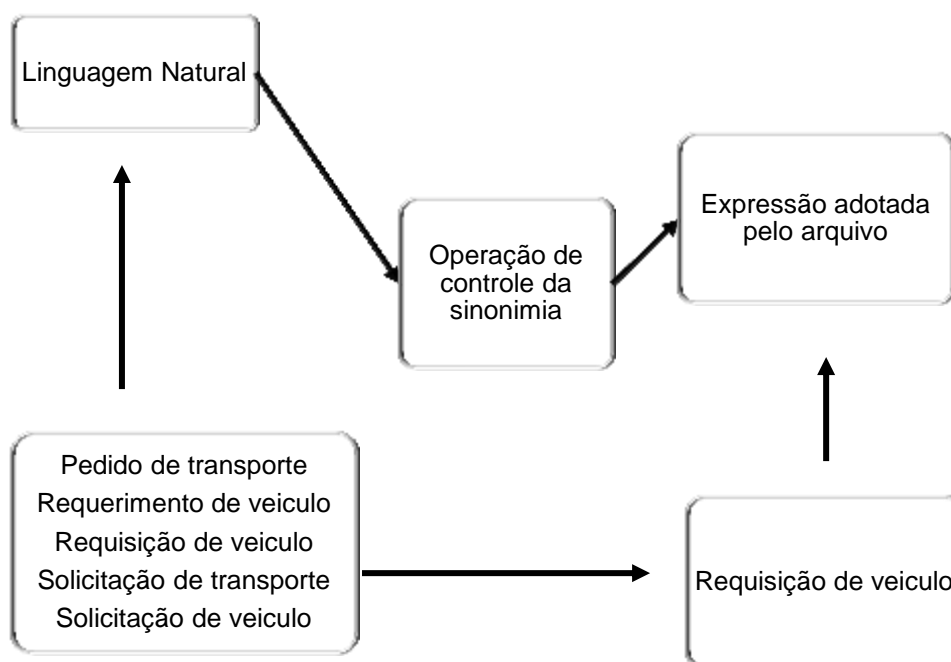
Diante dessa nova realidade informacional gerada pelas tecnologias de informação e comunicação, percebe-se que o uso dos vocabulários controlados vem somar para as práticas da arquivística, pois, são consideradas ferramentas que auxiliam em relação à “informalidade na linguagem, nos procedimentos administrativos, bem como o esvaziamento das posições hierárquicas” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.16).

Dessa forma, apontamos que os vocabulários controlados podem ser aplicados, não apenas nos sistemas de informação arquivística, mas podem também ser usados nos instrumentos da arquivística, tais como o plano de classificação, a tabela de temporalidade e documental e o manual de gestão arquivística de documentos.

Além do E-Arq Brasil, está disponível aos profissionais da arquivística, uma publicação realizada pelo arquivo do Estado de São Paulo, em parceria com a Imprensa Oficial e com a Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo, através do Projeto Como Fazer, intitulado de "Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos" que tem como objetivo colaborar em relação à aplicação dos vocabulários controlados pelas instituições de informação arquivística.

Em relação à relevância do uso dos vocabulários controlados pela arquivística, Smit e Kobashi (2003, p.16) apontam que os vocabulários controlados podem ser utilizados "tanto para organizar quanto para recuperar documentos estocados no arquivo", pois, através dele a representação da informação estará disponível aos usuários de forma mais clara. Para melhor exemplificação, apresenta-se a Figura 2.

Figura 2 – Exemplo de padronização terminológica das informações arquivísticas



Fonte: Smit; Kobashi (2003, p. 17)

A partir da Figura 2 nota-se que a partir do uso dos vocabulários controlados é possível representar de maneira clara e objetiva como um termo

será descrito, o que irá contribuir em relação com o controle terminológico dos termos que serão indexados e representados em um sistema de informação.

A Figura 2 também nos permite analisar que o vocabulário controlado deve ser utilizado desde o momento em que as informações são produzidas (arquivo corrente) e, não apenas quando as informações estiverem no arquivo intermediário para o permanente, pois, a representação da informação desde o arquivo corrente contribuirá com a eficácia em relação à recuperação da informação.

A representação da informação desde o arquivo corrente permite que, essas informações sejam recuperadas sempre que necessário, a partir de terminologias consistentes, o que irá colaborar com o tempo dispensado a localização da informação.

Nessa conjuntura, ainda é necessário apontar que, as informações que estão nos arquivos correntes, são informações de uso frequente e, por isso, fazer o uso do vocabulário controlado torna-se ainda mais relevante devido à agilidade que as instituições e/ou produtores tem em relação a essas informações.

Nota-se na literatura arquivística que, ainda existem divergências em relação à representação da informação desde a produção, porque alguns autores, tais como Bellotto (2006), consideram que a representação da informação ocorre apenas nas informações que foram caracterizadas como permanentes. Essa divergência acontece devido a dois fatores, ou seja, a visão tradicional da arquivística e a visão pós-moderna da arquivística.

Para Lopes (1997) que trabalha com a arquivística na perspectiva pós-moderna (marcada no início do século XX), traz consigo uma nova visão a partir do surgimento e frequente uso das tecnologias de informação e comunicação, que influenciaram de maneira decisiva não somente as maneiras de recuperação da informação, mas também influenciaram em relação ao surgimento dos novos suportes da informação.

A arquivística tradicional tratou de informações de caráter mais estático, isto é, a informação ainda não havia sofrido mudanças relacionadas a dinamicidade originada pelas tecnologias de informação e comunicação.

Nessa conjuntura, para o desenvolvimento dessa pesquisa, adotou-se a arquivística pós-moderna, na qual entendemos que o tratamento da informação, a partir, por exemplo, da utilização do controle de vocabulário é necessário desde a produção das informações e, independente de seus suportes.

Dessa maneira, a Figura 2 tem por objetivo ilustrar a necessidade de pensar na padronização dos vocabulários que serão empregados para representar uma determinada informação.

Em relação ao desenvolvimento do vocabulário controlado por uma instituição arquivística, é necessário levar em consideração alguns fatores que foram observados pelas autoras:

Tamanho do arquivo e projeção de crescimento no que diz respeito à variedade de atividades e tipos documentais nele presentes; área de atuação da instituição e objetivos da instituição e determinação de prioridades no atendimento por parte do arquivo (SMIT; KOBASHI, 2003, p.21).

Os fatores mencionados acima interferem diretamente em dois outros fatores: em relação à quantidade de profissionais que deverão estar envolvidos no desenvolvimento do projeto e em relação à estrutura do vocabulário controlado, ou seja, estrutura mais simples ou mais complexa.

Assim os vocabulários controlados, na arquivística podem ser utilizados tanto em relação ao momento da representação da informação, visando colaborar com a organização da informação, como também deve ser usado no momento em que o profissional da informação estará representando as informações visando contribuir com os usuários em relação a recuperação da informação.

Para somar em relação ao uso dos vocabulários controlados, pondera-se que "nos arquivos correntes o controle de vocabulário deve ser estabelecido em decorrência do diálogo entre o arquivista e os produtores de documentos" (SMIT; KOBASHI, 2003, p.16), por meio da identificação da estrutura de cada instituição e de modo que seja possível conhecer o conjunto de documentos que estão depositados na instituição, assim como verificar as necessidades informacionais dos usuários.

E em relação ao uso dos vocabulários controlados nos arquivos permanentes,

O vocabulário também deve ser estabelecido, mas o arquivista não poderá dialogar com os produtores dos documentos, e o vocabulário se defrontará com questões diacrônicas complexas: a mesma função, ou atividade, com o passar do tempo pode ser nomeada de formas diferentes (SMIT; KOBASHI, 2003, p.16).

Portanto, caberá a cada unidade de informação arquivística, como também caberá a cada arquivista estabelecer em que momento será feito o uso dos vocabulários controlados.

Indica-se o uso dos vocabulários controlados pela arquivística porque estes permitem que haja controle terminológico em relação à sinonímia, homonímia e quase sinonímia, porque estes fazem uso de notas de escopo que "têm por finalidade explicitar a amplitude ou o entendimento atribuído ao conceito" (SMIT; KOBASHI, 2003, p.31).

Dessa forma, aponta-se também como necessidade do uso dos vocabulários controlados pela arquivística porque estes permitem que haja uma explicitação em relação aos termos que estão indexados em um dado sistema, o que contribui principalmente para que um usuário que não tenha muita familiaridade com o sistema obtenha êxito em relação a sua necessidade informacional.

3.3 Aspectos de normalização

A organização da informação tem como objetivo recuperar a informação e esse processo de recuperação da informação acontece por meio dos processos de descrição da informação, isto é, "o produto desse processo descritivo é a representação da informação que pode ser realizada com o auxílio de linguagens documentárias que tem por objetivo padronizar a descrição dos documentos evitando ambiguidades" (WEISS, 2011, p.9).

Para que uma informação não seja descrita sobre diversas maneiras, faz-se necessário utilizar controle de vocabulário, porque por meio desse instrumento é possível diminuir consideravelmente as ambiguidades que podem ocorrer em relação à representação da informação.

Os vocabulários controlados podem ser considerados como diferenciais para a organização da informação, pois, estes contribuem com a organização da informação por meio da padronização da linguagem a ser utilizada para representar a informação.

A elaboração dos vocabulários controlados é regida por algumas normas ISO que servem como um guia e/ou modelo para a construção dos mesmos.

Algumas das normas que se referem à elaboração de vocabulários controlados são:

- ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010) - Guidelines for the construction, format and management of monolingual controlled vocabularies.
- ISO 25964-1: information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – part 1: Thesauri for information retrieval.
- ISO 25964-2: information and documentation — Thesauri and interoperability with other vocabularies — part 2: Interoperability with other vocabularies. Genebra, 2011.

Nessa pesquisa analisou-se de forma mais ampla as Normas ANSI-NISO Z39.19-2005 (R 2010) e a ISO 25964-2011. As demais normas mencionadas acima são também importantes para a elaboração dos vocabulários controlados, porém, nessa pesquisa não tínhamos tempo de nos aprofundar em todas as normas devido o prazo em relação ao desenvolvimento dessa proposta de dissertação.

Em relação a ANSI/NISO Z39. 19-2005 (R 2010) esta norma

Apresenta um conjunto de procedimentos com base em técnicas preferenciais e opcionais, utilizando as seguintes convenções para indicar a relevância da recomendação: obrigatório, recomendado, permitido, não recomendado e não permitido (WEISS, 2011 p.11).

A ANSI/NISO Z39.19-2005 (R 2010) foi publicada no ano de 1974, sua última revisão foi publicada no ano de 2010. Essa norma vem contribuir com o processo de desenvolvimento dos vocabulários controlados através dos procedimentos apontados para a construção dos mesmos, de forma que estes possam contribuir com a recuperação da informação, através da padronização da informação que estará disposta no vocabulário controlado.

Portanto, ter uma norma onde seja possível se apoiar para o desenvolvimento do vocabulário controlado torna-se fundamental, pois a partir dela, cada instituição poderá desenvolver seu vocabulário controlado a partir de suas próprias especificidades informacionais.

Neste sentido, a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R 2010) vem contribuir para a organização e recuperação da informação, pois ela apresenta um conjunto de procedimentos que permite a descrição da informação evitando o uso de ambiguidades. A diminuição das ambiguidades contribui para que a recuperação da informação seja mais eficiente, permitindo que haja socialização da informação, facilitando, o acesso a informação.

A norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R 2010) foi desenvolvida a partir de onze áreas, englobando também apêndices e glossários. Essas áreas estão abaixo discriminadas:

- Introdução;
- Escopo;
- Normas referenciadas;
- Definições, abreviaturas e acrônimos;
- Vocabulário controlado- finalidade, escopo e formulário;
- Termos compostos;
- Relacionamentos;
- Resultados dos vocabulários controlados;
- Interoperabilidade e
- Construção, manutenção e sistemas de gestão.

Logo na introdução da norma, é possível compreender os motivos pelos quais é necessário que uma instituição arquivística faça uso dos vocabulários controlados, isto é, "o controle de vocabulário é usado para melhorar a eficácia do armazenamento de informação" (ANSI/NISO Z39.19-2010, 2010, p. 1). Portanto, a partir do uso dos vocabulários controlados torna-se possível ter consistência em relação ao processo de representação da informação, o que irá contribuir com a facilidade em relação à recuperação da informação porque

diminuirá as possibilidades de um termo ser designado através de vários conceitos, diminuindo as ambiguidades.

Um destaque que deve ser feito a norma esta baseado no fato da norma trazer em sua elaboração que os vocabulários controlados podem ser utilizados por arquivos, bibliotecas e museus, uma vez que esses ambientes trabalham com a organização do conhecimento, pois visam a organização da informação visando promover a gestão do conhecimento, ou seja, "a norma fornece diretrizes para a seleção, formulação, organização e exibição de termos que juntos formam um vocabulário controlado" (ANSI/NISO Z39.19/2010, 2010, p.2).

Os vocabulários controlados devem controlar as maneiras de representar a informação, pois, um dos fatores que contribuem para a não recuperação da informação acontece devido à multiplicidade de termos que podem ser utilizados para representar uma única informação.

Portanto, podemos estabelecer que os vocabulários controlados permitem uma representação adequada da informação. Dessa forma, a norma ANSI/NISO torna-se fundamental porque traz diretrizes para a elaboração dos vocabulários controlados.

A norma ANSI/NISO Z.39.19-2010 foi elaborada a partir de outras normas americanas e internacionais que tratam sobre a criação de tesouros, uma das normas que contribuiu para a elaboração da ANSI/NISO Z39.19-2005 foi a norma ISO 2788.

Silva, Souza e Almeida (2008, p. 12-13) mencionam:

Em relação às regras de construção, o padrão ANSI/NISO Z.39.19-2005 permite construir vários tipos de vocabulário controlado, incluindo tesouros, taxonomias, listas e anel de sinônimos, em uma ordem conhecida e estruturada com o intuito de disponibilizar claramente os relacionamentos de equivalência, associativos e hierárquicos, quando aplicáveis a cada tipo. Essa flexibilidade é importante, pois, permite melhor adaptação do instrumento com a necessidade dos ambientes informacionais [...].

Por meio do uso dos vocabulários controlados é possível eliminar as ambiguidades, assim como é possível controlar os sinônimos; esses dois controles atuam de maneira direta em relação à representação da informação.

O vocabulário controlado é uma ferramenta dinâmica, assim como é também considerada flexível porque é elaborado de acordo com as

necessidades específicas de cada unidade de informação, portanto, uma norma que contribua, ou melhor, que direcione como um vocabulário controlado deve ser elaborado se faz pertinente e necessário.

A norma ANSI/NISO Z39.19-2010 aborda que os vocabulários controlados baseiam-se em alguns propósitos:

Tradução: Fornecer um meio para converter a língua natural dos autores, indexadores, e utilizadores em que um vocabulário pode ser usado para indexação e recuperação.

Consistência: promover a uniformidade no formato prazo e na atribuição de mandatos.

Indicação de relações: Indique relações semânticas entre os termos.

Etiqueta e browse: Fornecer hierarquias claras e consistentes em um sistema de navegação para ajudá-os usuários a localizar objetos de conteúdo desejado.

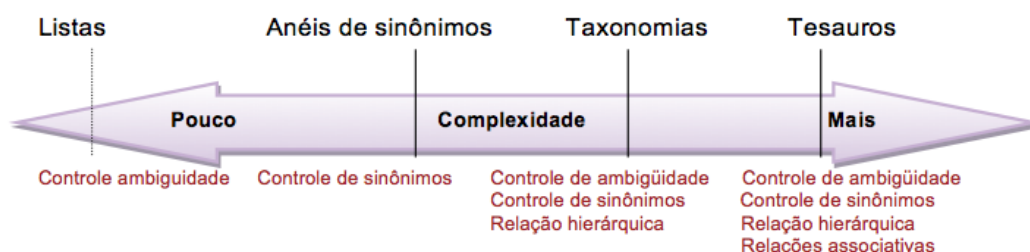
Recuperação: Servir como um auxílio de busca na localização de objetos de conteúdo (ANSI/NISO Z39.19-2010, p.11).

Além dos propósitos mencionados acima, outros fatores são destacados na norma e que agem diretamente na elaboração de um vocabulário controlado, ou seja, eliminação de ambiguidades, controle de sinônimos, estabelecimento de relações entre os termos e teste e validação de termos.

Somado a isso, acrescenta-se nessa perspectiva que os vocabulários controlados são podem ser constituídos a partir do anel de sinônimos, lista, taxonomia e tesouros.

Abaixo segue Figura 3 em relação a essa tipologia para uma melhor visualização e representação.

Figura 3 - Tipologia de vocabulários controlados conforme a complexidade



Fonte: ANSI/NISO Z39.19-2005 (R 2010)

Por meio da ilustração na Figura 3, nota-se que:

- As listas são as estruturas menos complexas porque tratam somente do controle de ambiguidade dos termos que serão utilizados para representar uma informação.

- Os anéis de sinônimos e as taxonomias possuem estrutura com maior complexidade ao compararmos com as listas e eles tratam desde o controle de sinônimos até a relação hierárquica que é construída para melhor recuperação e visualização da informação.

- Os tesouros são considerados sistemas mais complexos em relação a sua estrutura porque trabalham desde o controle de ambiguidades até a configuração das relações associativas que a informação terá dentro do vocabulário controlado.

Para melhor entendimento do assunto, em relação à definição das listas, dos anéis de sinônimos, das taxonomias e dos tesouros, segue Quadro 6, no qual elucida-se a abrangência de cada um desses elementos.

Quadro 6 – Tipos de vocabulários controlados e suas abrangências

Elementos	Abrangência
Listas	Conjunto limitado de termos organizado em uma simples lista alfabética ou de alguma outra forma que evidencie sua lógica. As listas são usadas para descrever aspectos dos documentos ou entidades que têm um número limitado de possibilidades. (WEISS, 2011, p.31)
Anéis de sinônimos	Apesar de ser considerado um vocabulário controlado, um anel de sinônimos possui um papel diferente dos outros tipos apresentados pela norma. Um anel de sinônimos não pode ser usado durante o processo de indexação. Eles são utilizados apenas durante a recuperação (WEISS, 2011, p.31)
Taxonomias	Estruturas classificatórias que têm por finalidade servir de instrumento para a organização e recuperação de informação em empresas e instituições. Estão sendo vistas como meios de acesso atuando como mapas conceituais dos tópicos explorados em um serviço de recuperação (CAMPOS; GOMES, 2008, p.32)
Tesouros	Tesouros são instrumentos de controle terminológico utilizados em sistemas de informação para representar a linguagem natural de documentos, de indexadores e de usuários, num sistema de linguagem documentária, usada na indexação e recuperação de informações de um determinado ramo do conhecimento (CERVANTES, 2009, p.61)

Fonte: Elaborado pela autora

A elaboração de um vocabulário controlado será realizada de acordo com as necessidades de cada unidade de informação arquivística, por isso, poder utilizar normas que demonstrem como um vocabulário controlado pode ser elaborado torna-se fundamental.

A norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R 2010), contribui para a elaboração do vocabulário controlado. Ela é uma norma bastante complexa que traz em sua constituição os elementos que são necessários para a elaboração dos vocabulários controlados, desde estruturas mais simples até as estruturas de maior complexidade.

Além da norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R 2010) abordou-se nessa pesquisa a ISO 25964-1, pelo fato desta ser a norma mais recente em relação a elaboração dos vocabulários controlados. Esta ISO 25964 foi denominada como “Informação e documentação - Tesouros e interoperabilidade com outros vocabulários” e seu principal objetivo visam promover a interoperabilidade e a modelagem dos dados entre as metalinguagens.

A ISO 25964 é dividida em duas partes, a primeira publicada em 2011 e a segunda publicada em 2013. A primeira parte da norma (ISO 25964-1) abrange a estruturação de tesouros monolíngues e multilíngues e a segunda parte da norma (ISO 25964-2) refere-se a outros aspectos que dizem respeito a interoperabilidade e que não foram pontuados na primeira parte da norma.

Sobre a relevância da ISO 25964, considera-se:

A principal motivação da norma ISO 25964-1/2 (2011/2012) para a construção de vocabulários é a interoperabilidade entre vocabulários na web semântica. Buscar atender a esse objetivo é, de fato, muito importante, à medida em que se oportuniza a oferta de vocabulários para a consulta e o reuso (LARA, 2013, p.243).

Portanto, nota-se que a ISO 25964 aborda outra realidade porque se preocupa com a recuperação da informação, através do uso do ambiente web, proporcionando que a recuperação da informação aconteça através de recursos de alta qualidade.

Em relação à recuperação da informação no ambiente web, Boccato (2011, p.176) menciona que o uso dos vocabulários controlados contribuiu com alguns avanços que anteriormente a ISO 25964-2011 não eram possíveis, tais como:

- Interoperabilidade entre vocabulários controlados;
- Aplicação da análise facetada na construção de tesouros;
- Vocabulários controlados - multilíngues;
- Definição de protocolos e formatos necessários para o intercâmbio de dados.

Nessa conjuntura, é necessário mencionar que antes da ISO 25964, existiam as normas ISO 2788, de 1986 e a ISO 5964, de 1985, estas normas não são mais utilizadas, pois, não respondem às práticas atuais de processos de indexação e recuperação de informação. Sobre esse assunto, destaca-se:

A norma ISO 25964-1/2 (2011; 2012) atualiza e substitui as normas anteriores voltadas à elaboração de tesouros e vocabulários, quer da própria ISO, da BS ou da NISO/ANSI, que apresentam variações quanto ao título, alcance e profundidade no tratamento de vários aspectos, mas convergem no que tange ao objetivo primeiro de orientar a construção desses instrumentos (LARA, 2015, p.99).

A ISO 25964 traz uma abrangência maior em relação aos vocabulários controlados, isto é, para essa norma, vocabulários controlados são:

Sistemas de classificação, sistemas de classificação de negócios para gerenciamento de registros, listas de cabeçalhos de assunto, taxonomias, mapas conceituais, redes semânticas, terminologias/banco de termos, listas de autoridades de nomes e anéis de sinônimos (BOCCATO, 2011, p.175).

Dessa forma, verifica-se que a partir da ISO é possível fazer o uso dos vocabulários controlados nas informações que estão no suporte analógico e também que estão nos suportes digitais, o que pode ser considerado um grande avanço devido a produção cada vez maior de informações no suporte digital, devido o uso frequente das tecnologias.

Essa é a norma mais atual em relação ao desenvolvimento de vocabulários controlados, além disso, é uma norma que tem uma abrangência maior, ou seja, trata desde o desenvolvimento dos vocabulários controlados até a fase da necessidade de interoperabilidade em relação aos vocabulários controlados.

Portanto, verifica-se que a ISO 25964 proporciona bases que permitem que as instituições possam desenvolver seus próprios vocabulários, de acordo com seus objetivos informacionais e de acordo com as possibilidades de cada instituição.

Os vocabulários controlados contribuem para que a linguagem que é utilizada pelo pesquisador ou usuários da sociedade civil de um modo geral e a linguagem utilizada pelo responsável pela representação da informação sejam as mesmas, é nesse sentido que, a padronização da informação torna-se fundamental, principalmente porque corrobora para que a recuperação da informação aconteça de maneira fluida.

Portanto, para que a recuperação da informação aconteça sem existir dificuldades informacionais, é necessário utilizar uma ferramenta que contribua com a terminologia que será utilizada para representar uma determinada informação, pois, a utilização de instrumentos que garantam a uniformidade das informações, como os tesouros e os vocabulários controlados, por exemplo, proporciona maior quantidade de termos para a indexação, e dessa forma são extremamente valiosos (LANCASTER, 2004).

Assim, salientamos que o objetivo maior do vocabulário controlado refere-se ao processo de recuperação da informação, pois, estes colaboram com a diminuição das probabilidades de falhas que podem existir devido à ambiguidade, redundância e polissemia de termos.

Portanto, os vocabulários controlados podem ser considerados instrumentos de controle porque possui como função principal auxiliar no processo de organização, manutenção, controle, indexação, acesso e uso de qualquer instituição custodiadora de arquivos; portanto, nesse sentido é possível considerar os vocabulários controlados como instrumentos importantes em relação à representação e disponibilização da informação para a consulta.

4 Análise das normas ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas pessoas e famílias e ISO 25964: *information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies - part 1: thesauri for information retrieval*

Este capítulo tem por objetivo realizar uma explanação em relação à contribuição do uso dos vocabulários controlados pela arquivística, uma vez que, a norma de descrição ISAAR (CPF) aponta em sua constituição a necessidade do uso dos vocabulários controlados, porém, esta norma não menciona como a arquivística pode fazer uso desse instrumento em suas práticas, assim como não oferece caminhos para que as instituições arquivísticas desenvolvam seus próprios vocabulários controlados.

Torna-se também relevante mencionar que embora tenhamos uma norma que trate especificamente da elaboração dos vocabulários controlados, esta norma, a ISO 25964-2011 não aborda especificamente da elaboração de vocabulários controlados para arquivos.

Vale salientar que, para o desenvolvimento dessa pesquisa, optou-se por trabalhar com a norma de descrição arquivística ISAAR (CPF) devido o fator motivacional da pesquisa, isto é, a necessidade de maior aprofundamento em relação ao projeto da UNESP em relação ao desenvolvimento do seu próprio vocabulário controlado- VTarq.

Conforme informado anteriormente, a ISAAR (CPF), ainda que de maneira superficial, menciona a necessidade de usar os vocabulários controlados.

Os vocabulários controlados aparecem na ISAAR (CPF) na área de relacionamentos cujo objetivo é "descrever relacionamentos com outras entidades coletivas, pessoas e famílias que podem ser descritas em outros registros de autoridade" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS-ISAAR (CPF), 2004, p. 25).

A ISAAR (CPF) menciona que os vocabulários podem ser utilizados para contribuir com o esquema de classificação das informações.

Esse esquema de classificação refere-se às categorias das informações, que podem ser classificadas em hierárquico, temporal, familiar e associativo. A classificação de acordo com esses níveis é usada para descrever o relacionamento das informações.

Sobre esses níveis, a ISAAR (CPF) pontua:

Hierárquico (por exemplo, superior/subordinado; controlador/controlado; possuidor/possuído).

Em um relacionamento hierárquico uma entidade pode exercer alguma autoridade e controle sobre as atividades de uma série de outras entidades coletivas, pessoas ou famílias. Uma entidade pode também ser subordinada a uma série de outras entidades coletivas, pessoas ou famílias, como, por exemplo, um comitê paritário ou uma organização cuja instância superior mudou ao longo do tempo;

Temporal(por exemplo, predecessor/sucessor)

Em um relacionamento temporal, uma entidade pode suceder uma série de outras entidades coletivas, pessoas ou famílias no exercício de algumas funções e atividades. Por outro lado, pode ser sucedida por uma série de outras entidades coletivas, pessoas ou famílias;

Familiar

Em uma família, uma pessoa pode ter um amplo círculo de relacionamentos com outros membros da família e com a família como uma entidade. Nos casos em que a estrutura genealógica da família é complexa, pode ser conveniente criar registros de autoridade separados para cada membro e ligá-los ao(s) pai(s), esposo(s) e filho(s). Como alternativa esta informação pode ser registrada no elemento Estruturas internas/Genealogia;

Associativo

Relacionamento associativo é a categoria geral para relacionamentos não compreendidos em nenhum dos acima citados (por exemplo, fornecedor/cliente, membro de associação, parte/todo, sócio) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS- ISAAR (CPF), 2004, p. 26).

A ISAAR (CPF) menciona que “muitos dos elementos descritivos em um registro de autoridade serão usados como pontos de acessos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS- ISAAR (CPF), 2004, p.15), diante disso, acredita-se que aliar o uso dos vocabulários controlados com as práticas arquivísticas, permite que o acesso a informação aconteça de forma mais eficiente devido o caráter normatizador dos vocabulários controlados.

O objetivo da ISAAR (CPF) é "apoiar o compartilhamento de registros de autoridade arquivística", conforme aponta o Conselho Internacional de Arquivos (ISAAR-CPF, 2004, p.11), portanto, para melhorar ainda mais o processo de recuperação da informação, acredita-se que, o uso dos vocabulários

controlados, somado as normas de descrição arquivística, permite que a descrição das informações sejam feitas de maneira mais consistente, permitindo, que o acesso a essas informações aconteça de maneira mais precisa, sem dispersão informacional.

Torna-se necessário ainda mencionar que os registros de autoridade atuam como pontos de acesso, no caso de descrição entidades coletivas, pessoas e/ou famílias, majoritariamente o próprio nome dessas instituições já atuam como pontos de acesso, por isso, aliar as práticas dos vocabulários controlados no momento da descrição desse tipo de instituição se faz pertinente, para que seja possível, garantir que a descrição seja realizada através de uma representação precisa da informação.

A necessidade de uma representação da informação precisa se torna ainda mais necessária quando tratamos de descrição de produtores de informação, pois, os pontos de acesso

podem basear-se no uso de qualificadores que são julgados essenciais para clarificar a identidade assim nomeada, de maneira que distinções acuradas possam ser feitas entre entidades diferentes que tenham o mesmo nome ou nomes muito semelhantes (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS- ISAAR (CPF), 2004, p.11).

Nesse sentido, os registros de autoridade para a descrição de produtores de informação requerem uma atenção maior do que as demais instituições custodiadoras de informações, porque os registros de autoridade devem oferecer parâmetros tanto para a descrição do órgão produtor das informações como também deve oferecer parâmetros que permitam a compreensão do contexto de produção das informações.

Dessa forma, verifica-se a necessidade do uso do vocabulário controlado em um registro de autoridade arquivística porque este também “permite controlar a forma do nome e identidade de uma entidade coletiva, pessoa ou família nomeada num ponto de acesso” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS- ISAAR (CPF), 2004, p.12).

Os pontos de acesso são os responsáveis por contribuir com o processo de recuperação da informação. Assim, salienta-se que é necessário que a arquivística se aproxime dos vocabulários controlados e faça uso desse instrumento em suas práticas, para que o processo de comunicação entre

sistemas e usuários seja realizado de maneira eficiente tendo como garantia a precisão vocabular enquanto elemento de representação.

Nessa perspectiva, nota-se que a partir das normas de descrição arquivística, nota-se que existe um novo cenário em relação à maneira de se descrever e também de recuperar as informações. Sobre esse assunto, Llanes Padrón (2011, p.45), afirma que a descrição

consiste em elaborar uma representação (atividade) que pode ter diferentes formas de manifestação (instrumentos de consulta); a partir de uma base de dados descritiva é possível obter diferentes formatos de saída (várias formas de visualização de uma tela ou diferentes tipos de impressão).

Sobre essa mudança de paradigma, compreende-se que a descrição arquivística assume um novo papel, ou seja, ela não é responsável somente para permitir o acesso as informações, mas cabe a ela também contribuir com o processo de organização, armazenamento e representação da informação, de modo que seja facilitada a troca de informações entre sistemas e usuários.

Devido a essa nova realidade, os anos 90, foram marcados pelo desenvolvimento das normas de descrição arquivística. As normas de descrição arquivística visavam atender a esse novo usuário da informação, uma vez que as tecnologias de comunicação e informação mudaram de maneira significativa os processos de recuperação da informação; assim como influenciou também nas maneiras de acesso a informação.

Muitas foram às normas desenvolvidas nesse período, e o fator motivador do desenvolvimento dessas novas normas visava facilitar a troca de informações entre as instituições e, também entre os usuários. O desenvolvimento de várias normas de descrição arquivística visava atender as necessidades de cada instituição que detinha sobre a sua responsabilidade conjuntos de informações que se relacionavam a uma pessoa, família, instituição e etc.

Diante do desenvolvimento de normas de descrição específicas para cada tipo de instituição e, por consequência, de acordo com cada tipo de acervo, percebe-se que os arquivistas têm um novo desafio que se refere ao domínio dessas normas para que sejam aplicadas de maneira correta nas informações.

Nessa vertente, Llanes Padrón (2011, p. 52, tradução livre) acrescenta que:

Arquivistas desta nova era da informação e do conhecimento deve estar preparado para fazer descrições arquivísticas para ajudar a atender duas das funções permanentes de arquivos: conservação e acesso aos documentos.

Dessa forma, compreende-se que as normas de descrição arquivística permitem a criação de condições para proporcionar a acessibilidade às informações, independente de seus ciclos: fase corrente, fase intermediária e fase permanente.

Os processos de recuperação da informação são eminentes para a arquivística, afinal, não permitir o acesso às informações, torna uma instituição arquivística sem sentido, assim ter instrumentos que contribuam de forma mais verticalizada com a recuperação da informação, torna-se necessário.

Porém, pensando em contribuir ainda mais com o processo de recuperação da informação, nessa pesquisa, tratou-se da aproximação da arquivística com os vocabulários controlados, porque são instrumentos que contribuem com a representação da informação. A representação da informação realizada de forma precisa, diminuindo as ambiguidades, contribui para que os usuários diminuam os problemas que estão relacionados aos ruídos comunicacionais que podem existir entre sistemas e usuários.

Dessa maneira, propõe-se que, a arquivística utilize dos elementos abrangidos pelos vocabulários controlados para que seja possível melhorar a maneira de representar as informações.

A ISAAR (CPF) não é clara em relação a como a arquivística pode desenvolver e aplicar os vocabulários controlados em suas práticas, porém, considerando-se a perspectiva da necessidade de se utilizar instrumentos que contribuam em relação aos processos de representação e recuperação da informação, os vocabulários controlados tornam-se grandes aliados, uma vez que, "são elaborados de maneira a facilitar e tornar mais preciso o acesso à informação", conforme apontam Moreira, Davanzo e Moraes (2015, p. 3).

Partindo do princípio da necessidade cada vez mais frequente em relação à recuperação da informação, acredita-se que a padronização da informação pode ser obtida através do uso dos vocabulários controlados e, ela

torna-se necessária para a arquivística, pois, sem uma representação clara e objetiva, seja em relação aos objetivos das próprias instituições, sejam em relação aos usuários, o processo de recuperação da informação não ocorrerá de forma satisfatória.

Tendo em vista esse quadro, Davanzo e Moreira (2015, p. 3) mencionam que:

Considerando-se, então, o valor e a importância da representação, tanto a representação documentária, realizada pelo profissional, quanto à representação da informação realizada pelo usuário no momento em que realiza a busca, acredita-se que os vocabulários controlados, elaborados com base nos planos de classificação arquivística, podem atuar como mediadores eficazes nas negociações de sentido que realizam sistema e usuário, mediados pela linguagem em unidades de informação arquivística.

Dessa maneira, acredita-se que os vocabulários controlados podem ser usados pela arquivística, porque estes permitem uma maior precisão que está relacionada com a consistência em relação à representação da informação.

Assim, acredita-se que instrumentos que contribuam com a representação da informação agregam de forma positiva em relação ao processo de gestão da arquivística, pois, o vocabulário controlado, através do controle terminológico, permite a precisão no processo de recuperação da informação, pois, ele "também diminui a quantidade termos utilizados para representar um mesmo conceito", conforme argumentam Davanzo e Moreira (2015, p. 6), porque atuam em relação ao controle da polissemia, podendo, entretanto, diminuir os possíveis problemas originários da ambiguidade, que pode ocorrer no momento da representação da informação.

Nesta perspectiva, Souza (2006, p.07) considera:

Uma das principais dificuldades que os arquivistas encontram não é a multiplicidade de termos utilizados para designar os níveis de classificação, mas a falta de consenso sobre o significado desses termos.

O controle da representação das informações pode ser obtido através do uso dos vocabulários controlados, o que permite que existam melhorias nos processos de recuperação, compartilhamento e difusão da informação.

Dessa forma, temos como objetivo, ainda que não seja em sua totalidade, contemplar nesse capítulo, um guia de orientação, para que seja

utilizado como base para os ingressantes no desenvolvimento dos vocabulários controlados, neste caso específico, os arquivistas.

Partindo do pressuposto, que o processo de representação e de recuperação de uma informação acontece sobre duas vertentes, isto é, a do usuário comum e a do arquivista tornam-se necessário que seja utilizado um instrumento que coopere em relação à normalização terminológica, portanto, os vocabulários controlados podem ser utilizados pela arquivística e, pelo arquivista, para que essa padronização seja possível.

Esse acordo que é estabelecido visa contribuir com o processo de recuperação da informação, sendo assim, os vocabulários controlados são necessários, porque conduzem de forma mais clara e objetiva, determinados conceitos que foram utilizados para representar um termo.

Para alcançar tal objetivo, ou seja, para melhorar a linguagem natural que foi utilizada, Davanzo e Moreira (2015) esclarecem:

Um dos instrumentos utilizados pela organização e representação da informação para potencializar a circulação da informação é o vocabulário controlado. Um dos aspectos pelos quais os vocabulários controlados se destacam diz respeito à economia do sistema, pois o controle terminológico, cuja ênfase é a precisão, também diminui a quantidade de termos utilizados para representar um mesmo conceito.

Neste sentido, a utilização do vocabulário controlado permite que não exista dispersão informacional, pois quando não existe controle esse risco ganha consistências maiores.

Então, de agora em diante, o objetivo será montar um guia prático em relação aos vocabulários controlados, trazendo quais são os elementos que devem estar presentes nos vocabulários de forma que estes venham a contribuir com a representação da informação e, por consequência com o processo de busca que será realizado pelo usuário do sistema e, até mesmo pela própria instituição devido a seus próprios interesses.

A partir do que foi exposto acima, acredita-se que a aproximação e uso da arquivística em relação aos vocabulários controlados contribuem de maneira eficiente para a área, mas como desenvolver um vocabulário controlado? Qual o ponto de partida para que seja possível a criação de vocabulários controlados específicos para a arquivística?

Para responder tais questões, recorreremos a ISO 25964-2011, ela foi desenvolvida em duas partes conforme apontado no capítulo 3 dessa pesquisa, no subcapítulo 3.3. Nesse capítulo nos pautamos na parte I da ISO 25964-2011, porque esta parte da ISO responde pelas questões que abrangem o “desenvolvimento e manutenção de tesouros destinados a aplicações recuperação de informação” (ISO 25964-2011, p. 2, tradução livre), assim esta ISO pode ser aplicada para contribuir com o processo de recuperação da informação, independente do suporte onde essas informações estejam depositadas, isto é, suporte analógico ou o suporte digital.

Diante disso, a ISO 25964-2011 menciona:

Esta parte da ISO 25964, portanto, inclui recomendações para os formatos e protocolos de intercâmbio. Sua adoção irá facilitar a interoperabilidade entre sistemas de gestão de tesouro e outras aplicações de computador, tais como sistemas de indexação e recuperação, que irá utilizar os dados (ISO 25964, 2011, p. 02-tradução livre).

Assim, para entender como os vocabulários controlados podem ser utilizados pelas práticas arquivísticas, analisou-se a norma de descrição ISAAR (CPF) em conjunto com a ISO 25964-2011.

Através da análise, verificou-se que a ISO 25964-2011 tem muito a contribuir com a arquivística porque ela oferece os elementos necessários para que as instituições arquivísticas tenham caminhos para desenvolver seus próprios vocabulários controlados, de modo que estes atendam as políticas de cada instituição, assim como as suas necessidades informacionais.

Independente das instituições serem públicas ou privadas, estas precisam recuperar suas informações para atender seus usuários, pois, “hoje há uma demanda por vocabulários que os usuários não treinados acharão intuitivos e para vocabulários que permitem a inferência por máquinas” (ISO 25964- 2011, p.1, tradução livre).

Devido a essa realidade e, devido também ao frequente uso das tecnologias, a arquivística, depara-se com uma nova realidade informacional que se refere ao processo de recuperação, difusão e compartilhamento da informação, pois, esse novo cenário “favorece o desenho de instrumentos mais precisos de representação e de recuperação da informação”, conforme esclarecem Moreira, Davanzo e Moraes (2015, p. 2).

Para contribuir com essa nova realidade, acredita-se que os vocabulários controlados podem ser grandes aliados relacionados a esses novos processos, pois, permitem uma maior precisão em relação ao controle terminológico, dessa forma, são instrumentos requeridos em todas as etapas do tratamento da informação, ou seja, desde a organização até a sua difusão.

Nesse sentido, acredita-se que a ISO 25964-2011 atenda a esse novo cenário, uma vez que ela “faz a transição que é necessária para ser compatível com o mundo da gestão de informação eletrônica” (ISO 25964, 2011, p. 1, tradução livre).

Não há mais como negar os avanços originários das tecnologias de informação e comunicação, por isso, torna-se necessário que a arquivística se aproxime de instrumentos que sejam capazes de contribuir de maneira eficiente com o processo de recuperação da informação e, que essa recuperação seja feita sempre em tempos cada vez menores.

Para alcançar tal objetivo, Moreira et al (2015, p. 2) mencionam que:

O nível e a eficácia do controle do vocabulário controlado variam conforme a configuração estrutural do instrumento que será utilizado para esse fim, conforme as condições de sua aplicação e, naturalmente está relacionado aos objetivos de sua aplicação.

Assim, acredita-se que a ISO 25964-2011 colabora de maneira efetiva em relação à arquivística, pois, a aplicabilidade dos vocabulários controlados pela arquivística vem somar ao processo de entrada e saída de dados existentes nos sistemas de informação que estão presentes nas instituições arquivísticas.

Um dos grandes diferenciais para que a arquivística faça uso dos vocabulários controlados em suas práticas relaciona-se com o fato de que os vocabulários controlados permitirem a adoção de um “termo preferido apropriado para representar um conceito particular que nem sempre é simples, porque um conceito muitas vezes pode ser expresso em mais de uma maneira” (ISO 25964, 2011, p.11, tradução livre).

Para facilitar o entendimento dos usuários, os vocabulários controlados usam em seu desenvolvimento as notas de aplicação, que são importantes para se compreender os termos que foram utilizados para representar algum conceito. As notas de aplicação devem estar presentes no desenvolvimento do

vocabulário controlado devido, por exemplo, a inclusão de novos conceitos no vocabulário, pois, “sendo um instrumento dinâmico, tais alterações são comuns” (GOMES, 1990, p.54).

Nesse sentido, torna-se necessário ressaltar também a necessidade da criação de políticas de indexação que possam abranger desde a manutenção do vocabulário controlado passando até a fase da metodologia de seu uso/aplicação.

O desenvolvimento de um vocabulário controlado pressupõe também algumas etapas que são notadamente relevantes para a elaboração de um vocabulário controlado. Dessa maneira, os arquivistas, deverão em um primeiro momento fazer um estudo da instituição onde pretendem elaborar o vocabulário controlado, assim, será necessário levar em consideração alguns fatores, tais como:

Tamanho do arquivo e projeção de crescimento, no que diz respeito à variedade de atividades e tipos documentais nele presentes;
Área de atuação da instituição e,
Objetivos da instituição e determinação de prioridades no atendimento por parte do arquivo (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 20-21).

Todas essas etapas apontadas pelas autoras Smit e Kobashi pressupõem que a construção de um vocabulário controlado seja composta por uma equipe multidisciplinar, porque sua construção é complexa, assim a participação de várias pessoas envolvidas nessa construção, permitirá que o vocabulário controlado possa atender de forma maior e melhor todas as necessidades da instituição e, não somente uma parcela dela.

A construção de um vocabulário controlado permite que a representação e a recuperação da informação aconteçam de maneira que possa atender de modo mais eficaz às necessidades informacionais dos usuários.

Neste sentido os vocabulários controlados permitem que haja uma melhor consistência do sistema porque atuam em relação a alguns processos que estão diretamente relacionados ao processo de recuperação, compartilhamento e difusão da informação.

Assim, interessa nos saber que os vocabulários controlados contribuem com a normalização gramatical, ou seja, atua em relação às maneiras em que

serão empregados os conceitos, isto é, “forma substantiva, masculina e singular dos termos”, conforme apontam Smit e Kobashi (2003, p.22).

Os vocabulários controlados também tratam de questões relacionadas a grafia, nestes casos onde a grafia de um termo possa ter sofrido alterações, o vocabulário controlado contribui para a recuperação desses termos usando a palavra “USE”. Sobre essa questão, Smit e Kobashi (2003) mencionam que essa situação pode acontecer principalmente nos arquivos permanentes, devido seu caráter histórico.

Nestes casos, a palavra USE pode indicar que no vocabulário controlado foi adotado tal termo em função de outro. A palavra USE vai indicar que no momento da construção do vocabulário controlado adotou-se tal expressão, mas que esta expressão, em tempos anteriores, já foi escrita a partir de uma grafia diferente. Exemplo: Rio Tamandatei já foi escrito com a seguinte grafia: Rio Tamandatehy; assim para melhor compreensão e visualização, o usuário será informado que para o Rio Tamandatehy USE Tamandateí, conforme apontam Smit e Kobashi (2003).

Smit e Kobashi (2003) também mencionam que o USE pode ser usado para outras situações, ou seja, alterações nos nomes de pessoas ou topônimos; controle de sinonímia, homonímia e quase sinonímia e na adoção de termos compostos.

Além dos elementos apontados acima, os vocabulários controlados contam com o uso das notas de aplicação, estas merecem atenção para que não sejam confundidas com os termos que foram indexados nos vocabulários controlados. Para tal diferenciação, Gomes (1990, p. 55) menciona:

As notas de aplicação devem ser indicadas de maneira que fiquem diferenciadas dos termos a que se referem. Em geral, adotam-se letras maiúsculas para os termos. As notas vêm na linha seguinte, em letras minúsculas.

Esse tipo de diferenciação vem contribuir principalmente com aquele usuário que não possui muita familiaridade com o sistema, pois, a partir das notas de aplicação, conhecidas também como notas de explicação, os usuários poderão ter maior embasamento em relação a construção do vocabulário controlado.

Em relação a estruturação dos vocabulários controlados, estes podem ser estruturados sobre duas vertentes, modo sistemático e modo alfabético.

Sobre essas duas estruturas, Davanzo e Moreira (2015, p. 13), esclarecem que o modo sistemático “assemelha-se ao que é utilizado no plano de classificação e possibilita a visão do conjunto, dos termos que compõem o vocabulário e de suas relações hierárquicas”.

Ainda em relação ao modo sistemático, Gomes (1990, p. 56) considera:

A apresentação sistemática permite que o usuário (indexador ou consulente) encontre o termo que melhor represente o conceito que ele deseja exprimir, sem que saiba, no início da busca, qual o mais adequado;

A apresentação sistemática facilita a compreensão da lógica subjacente e evidencia o grau de intensidade dos termos;

A apresentação sistemática facilita a manutenção do tesauro porque as características que levam à formação das classes e subclasses são explicitadas.

E em relação ao modo alfabético, Davanzo e Moreira (2015, p. 13) refletem que este visa informar aos usuários:

As escolhas terminológicas realizadas pelo sistema, diferenciando termos preferidos de termos não-preferidos por meio de relações de equivalência;

As relações hierárquicas entre os conceitos, as quais podem ser genéricas ou partitivas;

As relações associativas entre os conceitos, as quais são determinadas conforme os interesses institucionais que o vocabulário controlado cobre.

A apresentação na forma alfabética é a maneira mais tradicional do desenvolvimento dos vocabulários controlados. É nesse contexto que aparecem as entradas no sistema que vão contribuir para a recuperação da informação.

Aqui encontramos o uso das seguintes siglas, USE, UP, TG, TE, TGP, TEP e TR. Segue abaixo, Quadro 7 para melhor compreensão desses indicadores.

Quadro 7 – Siglas utilizadas em vocabulários controlados

Termo	Código
Nota de aplicação	NA
Equivalência	USE - UP
Termo genérico	TG
Termo genérico partitivo	TGP

Termo específico	TE
Termo específico partitivo	TEP
Termo relacionado	TR

Fonte: Norma ISO 25964.
Elaborado pela autora

Obviamente que todas essas siglas são normalmente desconhecidas pelos arquivistas e, em um primeiro momento, podem causar certa estranheza, porém, essas siglas quando inseridas em um sistema vão contribuir para que o usuário possa ter uma visão geral dos conceitos que foram inseridos nos vocabulários controlados.

Para melhor visualização de como essas siglas aparecem em um sistema que possui vocabulário controlado, abaixo segue uma exemplificação conforme apresentada por Gomes (1990):

arma branca

TG arma

TE arma branca de arremesso

arma branca de choque

arma branca de haste

TR equipamento de defesa

Abordamos também um exemplo retirado das autoras Smit e Kobashi (2003), para que as relações entre as siglas fiquem mais claras e de melhor visualização de como estas se relacionam dentro de um sistema de vocabulário controlado.

Quadro 8 – Plano de classificação com a estrutura de um vocabulário controlado

Plano de Classificação	Tesouro
<p>EVENTOS</p> <p>Eventos Científicos</p> <p> Congressos</p> <p>Eventos Educativos</p> <p> Conferências</p> <p>Palestras</p>	<p>CONFERÊNCIAS</p> <p>NE use o descritor para reuniões programadas para dar a palavra a uma pessoa de reconhecida competência</p> <p>TG Eventos educativos</p> <p>TR Congressos</p> <p>UP Seminários</p> <p> Simpósios</p> <p> Workshops</p> <p>CONGRESSOS</p> <p>NE use o descritor para reuniões programadas para favorecer intercâmbio acadêmico.</p> <p>TG Eventos científicos</p> <p>TR Conferências</p> <p>EVENTOS CIENTÍFICOS</p> <p>TG Eventos</p> <p>TE Congressos</p> <p>EVENTOS EDUCATIVOS</p> <p>TG Eventos</p> <p>TE Conferências</p> <p> Palestras</p> <p>PALESTRAS</p> <p>TG Eventos educativos</p> <p>Seminários USE Conferências</p> <p>Simpósios USE Conferências</p> <p>Workshops USE Conferências</p>

Fonte: Smit e Kobashi (2003)

O Quadro 7 acrescenta informações importantes em relação ao exemplo de Gomes (1990) utilizado anteriormente. O Quadro 8 aborda questões que se relacionam ao plano de classificação arquivístico, instrumento este que deve estar presente em todas as instituições e em todos os tipos de suportes. O plano de classificação tem por objetivo representar as informações que foram produzidas e recebidas pelas instituições em função de suas atividades.

Na verdade, Smit e Kobashi (2003) trabalham com os vocabulários controlados aplicando-os nos planos de classificação da arquivística, enquanto Gomes (1990) tem finalidade mais genérica e apenas ilustra como o vocabulário controlado pode ser construído.

Para a arquivística é notória a importância do trabalho de Smit e Kobashi (2003) devido à quebra de paradigma que se relaciona ao fato do vocabulário controlado ser entendido apenas como um instrumento que deve ser utilizado pela biblioteconomia.

Obviamente, existem muitas maneiras de se desenvolver um vocabulário controlado, mas ter uma base que demonstre de onde partir para a construção de um vocabulário controlado, para a arquivística é considerado um grande ganho, pois, o vocabulário controlado permite que as informações sejam representadas com consistência e, somado a isso, ter um plano de classificação aliado a um vocabulário controlado permitirá maior confiabilidade em relação à recuperação da informação.

Gomes aponta alguns elementos que devem ser observados no momento da construção de um vocabulário controlado, ou seja:

Deve ser flexível, de sorte a permitir a criação de relações; aos responsáveis pela elaboração do tesouro deve ser dada a oportunidade de utilizarem as relações que julgarem úteis (Cf. outros tipos de relações nas Diretrizes do IBICT para elaboração de tesouros monolíngues);

O software deve ser desenvolvido de forma a permitir que internamente o sistema reconheça se a relação de equivalência foi estabelecida entre as palavras de significado próximo ou semelhante, ou se foi estabelecida entre um termo genérico e outro específico tendo em vista a política de indexação;

O sistema deve recusar a presença de termos isolados, isto é, sem a relação TG/TE ou TA/TA;

O sistema deve recusar a presença de termos em mais de uma categoria;

O sistema deve prever, além da apresentação alfabética, a reunião dos termos por classes ou categorias;

Deve ser prevista a inclusão de um software para a permutação das palavras dos termos (GOMES, 1990, p. 76).

Diante do que foi exposto nesse capítulo, espera-se que a partir dessas primeiras considerações aqui apresentadas em relação à construção e ao desenvolvimento de um vocabulário controlado, as instituições arquivísticas tenham instrumentos que os ajude na tarefa de desenvolver seus próprios vocabulários controlados, afinal, estes contribuem para o processo de gestão da informação, porque permite que os termos sejam representados de maneira consistente, o que contribuirá para a diminuição da dispersão que pode ocorrer no momento em que um usuário estiver recuperando determinadas informações.

Para finalizar esse capítulo, foi criada uma proposta, através de um quadro, onde foram indicados quais são os elementos que precedem a elaboração de um vocabulário controlado, com o intuito de colaborar em relação aos primeiros passos em relação ao desenvolvimento dos vocabulários controlados, nesta vertente, específicos para os arquivos.

Quadro 9- Elementos básicos necessários para a elaboração de vocabulário controlado

Composição dos elementos de um vocabulário controlado	ISAAR (CPF)	Projeto como fazer	ISO 25964
Normalização gramatical	Presente	Presente	Ausente
Opções de grafia	Presente	Presente	Presente
Alterações nos nomes de pessoas ou topônimos	Presente	Presente	
Controle de sinonímia, homonímia e quase-sinonímia	Presente	Presente	Presente
Adoção de termos compostos	Presente	Presente	
Introdução de notas de escopo e notas de uso	Presente	Presente	Presente
Tipologia de vocabulários controlados	Ausente	Presente	Ausente
A construção de um plano de classificação	Ausente	Presente	Ausente
A construção de um tesauro funcional	Ausente	Presente	Presente
A elaboração de listas alfabéticas complementares à ordenação dos termos	Ausente	Presente	Presente

Fonte: Elaborado pela autora

Os elementos disponibilizados no quadro 9 foram retirados do livro das autoras Smit e Kobashi (2003), esses elementos foram verificados na norma de descrição ISAAR (CPF) e ISO 25964, para verificar se havia alguma inconsistência em relação a esses elementos em outros trabalhos que visam também a elaboração de vocabulários controlados.

As autoras dividem os elementos acima mencionados em procedimentos macro e procedimentos micro. Os procedimentos macro “atribuem significado às atividades desenvolvidas pela instituição através da ordenação do universo” (SMIT; KOBASHI, 2003, p.43), enquanto que os procedimentos micro de “têm por finalidade introduzir o controle nos termos ou expressões e entre estes” (SMIT; KOBASHI, 2003, p.22).

Espera-se que através dessa proposta se torne possível que as instituições arquivísticas tenham uma ideia de onde e como começar o trabalho de desenvolvimento de um vocabulário controlado.

5 Considerações finais

A descrição arquivística sofreu grandes mudanças, pois, anteriormente a evolução das tecnologias de informação e comunicação, a descrição tinha um papel de desenvolver instrumentos que fossem suficientes para permitir a recuperação das informações isto é, através das guias, catálogos, inventários.

Porém, na década de 90, a descrição sofre uma nova repaginação, ou seja, perde o caráter de apenas colaborar com o processo de recuperação da informação e, passa a contribuir com o processo de gestão da informação, favorecendo uma melhor identificação e explicação das informações, de acordo com seus contextos de produção.

As mudanças ocorridas na descrição arquivística ocorreram devido ao desenvolvimento das normas de descrição arquivística. Nota-se que nesse período foi desenvolvida, em um primeiro momento, a norma de descrição arquivística ISAD (G) e, ela pode ser considerada uma das grandes responsáveis por este processo, uma vez que, anteriormente a ISAD (G) a descrição arquivística tinha como objetivo somente criar instrumentos de pesquisa para que fosse possível dar acesso a uma instituição, de forma que a instituição também conseguisse controlar as informações que estavam depositadas em seus acervos.

Após a publicação da ISAD (G) outras normas foram publicadas e, isso representou um grande avanço para a arquivística, uma vez que, cada norma tinha o objetivo de contribuir com as especificidades que existiam nos acervos. Desse modo foram criadas normas que atendessem a necessidades específicas de cada instituição que era detentora de acervos arquivísticos.

Diante dessa realidade, nota-se que a arquivística também sofreu grandes impactos, sendo, portanto, considerada duas fases, ou seja, a arquivística tradicional e a arquivística pós-custodial.

Essa divergência também pode acontecer devido a diferenças de visões entre a arquivística mais tradicional e a arquivística pós-moderna. A arquivística tradicional aponta que a descrição é uma atividade exclusivamente dos arquivos permanentes; em contrapartida a arquivística pós-moderna considera

que a descrição é uma atividade que deve ser realizada desde a produção da informação, porque contribui com o processo de gestão documental

Tratamos nessa pesquisa da arquivística pós-custodial por entendermos que é justamente nesse novo momento que a arquivística está passando que existe a necessidade de se repensar seus instrumentos, de se aproximar de outros para que não haja problemas relacionados a recuperação da informação, porque o objetivo maior da arquivística pauta-se na recuperação da informação, para que a partir dessa recuperação, a informação seja acessada, reutilizada, difundida e compartilhada.

Dessa maneira, fazer uso de instrumentos que some a essa nova realidade torna-se necessário. Pensando nessa nova realidade, optou-se nessa pesquisa por trabalhar com questões voltadas aos vocabulários controlados, pois, de acordo com Smit; Kobashi (2003, p.14), o controle de vocabulário “é um recurso para organizar e recuperar documentos e informações, com consistência, gerando, conseqüentemente, confiança no sistema”.

Embora os vocabulários controlados sejam instrumentos que contribuam com a arquivística porque fornecem elementos que ajudam a melhorar a representação da informação, ainda são consideradas poucas as reflexões entre a arquivística e os vocabulários controlados; de modo geral, essa aproximação é mais comum nas áreas da biblioteconomia e documentação, conforme estudos de Moreira et al (2015, p.).

Devido a esse distanciamento entre vocabulário controlado e a arquivística, tratou-se nessa pesquisa de abordar questões que tem por objetivo contribuir com aquelas instituições que almejam desenvolver seus próprios vocabulários controlados.

Assim, trouxemos no desenvolvimento dessa pesquisa a Norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R 2010) e a ISO 256964 por tratarem de questões relacionadas ao processo de construção e desenvolvimento dos vocabulários controlados.

Somado a isso, para maior aproximação entre vocabulário controlado e a arquivística, analisamos de forma mais específica a norma de descrição arquivística ISAAR (CPF), pois, o fator motivador dessa pesquisa está ligado a

um projeto que ainda esta em desenvolvimento na Universidade Estadual Paulista, que tem por objeto construir seu próprio vocabulário controlado.

E, embora o Brasil tenha uma norma específica de descrição arquivística, a NOBRADE, optou-se por utilizar a ISAAR (CPF) porque esta norma nos fornece elementos que contribuem com a descrição de produtores de informações, aspecto este que não foi desenvolvido na NOBRADE. Somado a isso, a ISAAR (CPF) também colabora com a descrição em relação ao controle de autoridade, o que também não foi abordado na NOBRADE.

Com o desenvolvimento dessa pesquisa, verificou-se a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema proposto, principalmente, pelo fato do projeto sobre o desenvolvimento e implantação do vocabulário controlado da Universidade Estadual Paulista estar em processo de adequação, ou seja, ainda é necessário que haja uma validação entre os termos já indexados no vocabulário controlado com os planos de classificação da Universidade, para que a partir dessa análise seja possível verificar a ausência de termos que estejam presentes no plano de classificação e estejam ausentes no vocabulário controlado.

Somente após essa análise é que se tornará possível dar continuidade ao projeto, disponibilizando-o para o uso dos servidores da Universidade e, em relação ao uso desse sistema, ainda é necessário desenvolver algumas etapas, tais como capacitação dos servidores e testes, para que enfim seja disponibilizado para as Seções Técnicas de Comunicações.

Referências

AGUIAR, F. O controle de vocabulário controlado como dispositivo para a organização e tratamento da recuperação arquivística. Dissertação de mestrado em ciência da informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil.2008.

ANDRADE, R.S; SILVA, R.R G Da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. 2008. Disponível em: [http:// www.pontodeacesso.ici.ufba.br](http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br). Acesso: 25 jun.2015.

ANDRADE, R.S. Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência na web. Novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas brasileiras. 2010. Disponível em: www.brapci.com.br. Acesso: 05. Jul.2015.

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaços digitais. Encontros Bibli, (15), 2003.Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download>. Acesso: 20.fev.2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental.4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006.

BOCATTO, V. R,C; RAMALHO, R.P. de Sá;FUJITA, M.L.S. A contribuição dos tesouros na construção de ontologias como instrumento de organização e recuperação da informação em ambientes digitais2008. Disponível em: ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/download/. Acesso: 20. Jul.2015.

BOCCATO, V.R.C. Os sistemas de organização do conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. 2011.Disponível em: www.revistas.usp.br/incid/article/view/42340. Acesso: 26 set.2015.

BONAL ZAZO, J. L. **La descripción archivística normalizada:**origen, fundamentos, principios y técnicas. Gijón: Trea, 2011. Biblioteconomía y Administración Cultural.

BOTÃO, A.V R. **Recuperação da informação digital:** a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) na descrição de material imagético. 2011. Disponível em: Acesso em: 14/10/2014. Dissertação de Mestrado.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **E-ARQ Brasil:** Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível

em:<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br>. Acesso: 09
agost.2015.

_____. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <HTTPS://www.conarq.gov.br/>. Acesso: 20.nov.2015.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L.. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. Colaboração: Aparecida Sales Linares Botani et al. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo, 1996.

CAMPOS, M. L. de A.; GOMES, H. E. Taxonomia e Classificação: o princípio de categorização, DataGramZero - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, ago/08. Disponível em: Acesso em: 21 fev.2016.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2001. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 25. Mar.2015.

_____. **ISAAR (CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>. Acesso: 05. Jan.2015.

DAVANZO, L; MOREIRA, W. Análise preliminar sobre a conversão do plano de classificação em vocabulário controlado. 2015. Disponível em: Acesso: 22 marc.2015.

FARIAS, J.P; RONCAGLIO, C. Aplicação da Nobrade nos arquivos públicos municipais. Disponível em: ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/download. Acesso: 12.jan.2016

GUIMARÃES, J.A.C. A análise documentária no âmbito do tratamento temático da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2.

GONÇALVES, J. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado. Projeto como fazer. 1998. Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf2.pdf. Acesso: 10 out.2015.

GOMES, H.E. **Manual de elaboração de tesauros monolíngues**. Brasília, 1990.

International Concilon Archives. Disponível em: <https://http://www.ica.org/104/presentation-of-the-ica/discover-ica.html>. Acesso: 15.set.2015.

KOBASHI, N.Y. **Vocabulário controlado**: estrutura e utilização. Brasília, Escola Nacional de Administração Pública, 2008. Disponível em: http://www2.enap.gov.br/rede_escolas/arquivos/vocabulario_controlado.pdf. Acesso em: 09 set. 2014.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com>. Acesso: 15.jul.2015

LARA, M.L.D. Linguagem documentária e terminologia. 2004. Disponível em www.brapci.ufpr.br/:<>. Acesso em: 18.nov 2014.

_____. Problemas da organização do conhecimento na contemporaneidade. 2013. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Estudos-avan%C3%A7ados-2.pdf>. Acesso: 29 set.2015.

_____.Propostas de tipologias de KOS: uma análise das referências de formas dominantes de organização do conhecimento. 2015.Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/15182924.2015v20nesp1p89/28637>. Acesso: 26 set.2015.

LEÃO, F.C. A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G). São Paulo: ECA/USP, 2006. Disponível em: <http://www.moyak.com/papers/archival-descriptive-standards.pdf>. Acesso: 18.jul.2015.

LOPES, L.C. A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: APERJ. 1997.

LLANES PADRÓN, D. La representación normalizada de los documentos: estudio comparado de normas de descripción archivística. 2011. Disponível em: www.escavador.com/pessoas/117765.Acesso:26.fev.2015.

MARQUES, S.L. **A organização arquivística**: o fundo administração do concelho de torres vedras. 2009. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/528/1/21369_ulfl071254_tm.pdf. Acesso em: 18 abr.2015.

MOREIRA, W. et al. Vocabulário controlado para a representação documentária em arquivos correntes da UNESP. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/.../seminariodearquivologiaebiblioteconomia>. Acesso: 23 set.2015.

MOREIRA, W, DAVANZO, L; MORAES, I, S de. Abordagem sobre vocabulários controlados para arquivos: conceitos, aplicações e metodologias. 2015. Disponível em: Acesso:

NARUKAWA, C.M. **Estudo de vocabulário controlado na indexação automática:** aplicação o processo de indexação do sistema de indexação semiautomática (SISA). 2011. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/Home/Pos.../narukawa_cm_me_mar.pdf>. Acesso em: 22 nov.2014.

Norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R 2010): guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO, 2005. Disponível em: <<http://www.niso.org/standards/resources/Z39-19-2005.pdf>>. Acesso em: 10 junh.2015.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION. **ISO 25964:** thesauri and interoperability with other vocabularies. Part 1: Thesauri for information retrieval. Geneve: International Standard Organization, 2011.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION. **ISO 25964:** thesauri and interoperability with other vocabularies. Part2 :Interoperability with other vocabularies. Geneve: International Standard Organization, 2012.

PINHEIRO, L.V.R; FERREZ, H.D. Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação.2014. Disponível em: <http://www.ibict.com.br>. Acesso: 29. Jul. 2015.

ROCHA,J.R; DOMINGUES, G;CERVANTES, B, N. Estudos de metodologias para a construção de vocabulários controlados no âmbito da Ciência da Informação. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2013/secin2013>. Acesso: 15.mar.2015.

RODRIGUES, G.M. **A representação da informação em arquivística:**uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. 2003. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez03/Ind_rec.htm. Acesso em: 25. Mar.2015.

SANTOS, M.J.V da; SANTOS, D.R dos. Estudo comparativo da norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE) e o formato de entrada MARC 21: contribuição para a descrição e automação de arquivos com padrões biblioteconômicos. 2013. Disponível em: <https://www.enacat.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat/paper/view/48>. Acesso: 10.abr.2015

SILVA, D, L da; SOUZA, R,R; ALMEIDA, M.B . Uma comparação de metodologias para construção de ontologias e vocabulários controlados. 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib>. Acesso: 25. Jun.2015.

SOUSA, A.P de M; RODRIGUES, A.S; RODRIGUES, A.S; OLIVEIRA, A.A. **Princípio da descrição arquivística**: do suporte convencional ao eletrônico. 2006. Disponível em: <http://arquivística.net>. Acesso: 20 jun.2015.

SOUZA, R.T.B. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**, v. 2, n. 2, p. 120-142, ago./dez. 2006.

SMIT, J.W; KOBASHI, N.Y. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial. 2003 (Projeto Como Fazer). Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf10.pdf. Acesso: 29 set.2015.

VICTORINO, M. de C.; MEDEIROS, M. B. B. Modelagem da informação em sistemas de informações computadorizados para o reuso da informação nas organizações. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 10., 2009, João Pessoa. Comunicações Orais. João Pessoa, 2009. Disponível em:<<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/handle/123456789/423>>. Acesso em: 23.nov 2014.

WEISS, L.C . Análise da estrutura do vocabulário controlado descritores em ciências da saúde. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br>. Acesso: 10.jul.2015.